

FORMA & CONTEÚDO

12º
CONCUT
13 a 17 de Outubro de 2015 • São Paulo-SP

EDUCAÇÃO,
TRABALHO e
DEMOCRACIA
Direito não se reduz, se amplia

Edição Especial da Revista da Secretaria Nacional de Formação
nº 17 – Outubro/2015



CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Educação para a VIDA,
o TRABALHO, a DEMOCRACIA
e a LIBERDADE

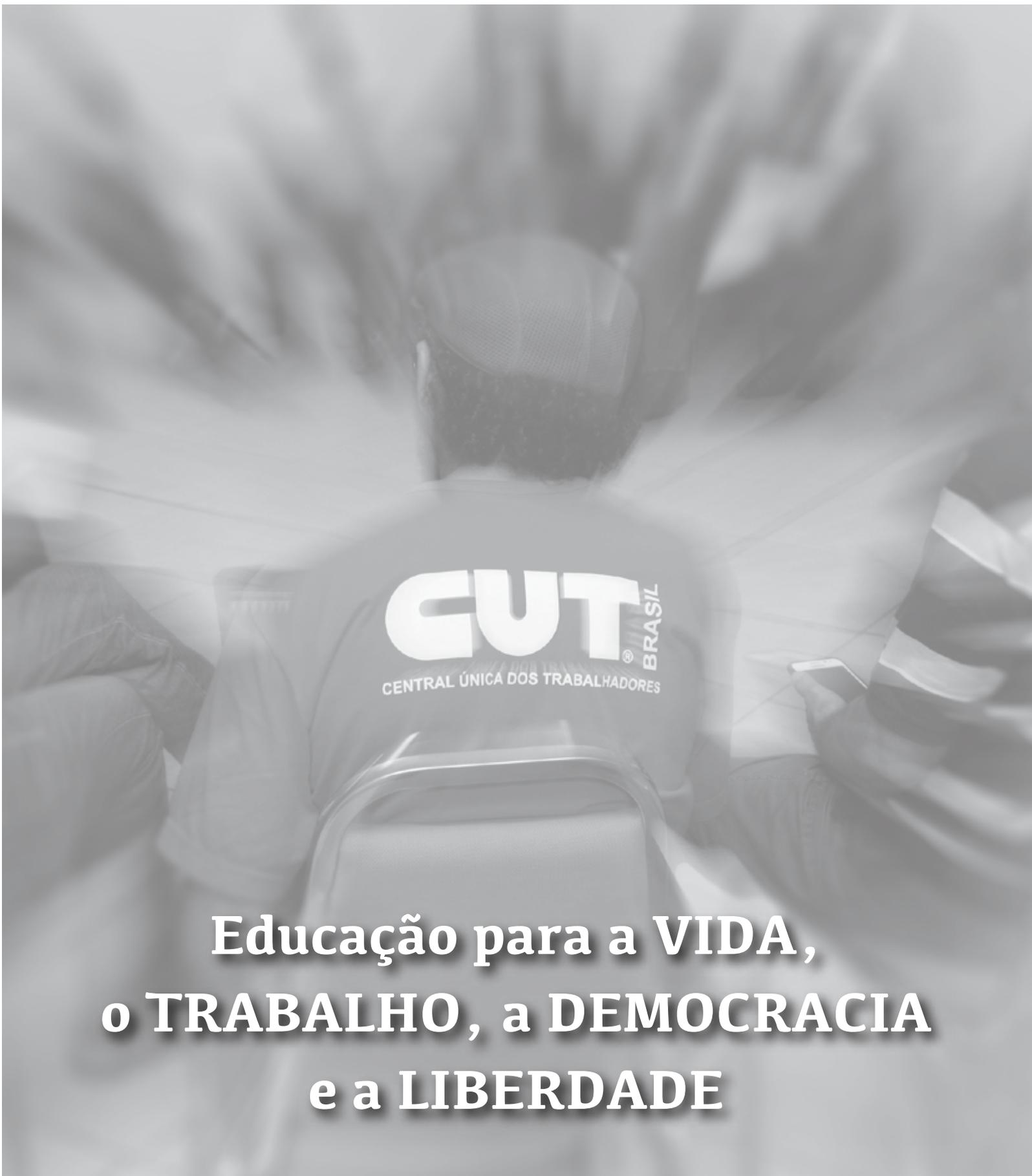
FORMA & CONTEÚDO

**12º
CONCUT**

13 a 17 de Outubro de 2015 • São Paulo-SP

EDUCAÇÃO,
TRABALHO e
DEMOCRACIA

Direito não se reduz, se amplia



Educação para a VIDA,
o TRABALHO, a DEMOCRACIA
e a LIBERDADE

Direção Executiva Nacional

CUT Brasil

Gestão 2012-2015

Presidente

Vagner Freitas de Moraes

Vice-Presidenta

Carmen Helena Ferreira Foro

Secretário-Geral

Sérgio Nobre

Secretária-Geral Adjunta

Maria Aparecida Faria

Secretário de Administração e Finanças

Quintino Marques Severo

Secretário-Adjunto**de Administração e Finanças**

Aparecido Donizeti da Silva

Secretário de Relações Internacionais

Antônio de Lisboa Amâncio Vale

Secretário-Adjunto de Relações Internacionais

João Antônio Felício

Secretária de Combate ao Racismo

Maria Júlia Reis Nogueira

Secretária de Comunicação

Rosane Bertotti

Secretário de Formação

José Celestino Lourenço (Tino)

Secretário-Adjunto de Formação

Admirson Medeiros Ferro Júnior (Greg)

Secretário de Juventude

Alfredo Santana Santos Júnior

Secretário de Meio Ambiente

Jasseir Alves Fernandes

Secretária da Mulher Trabalhadora

Rosane Silva

Secretário de Organização

Jacy Afonso de Melo

Secretário-Adjunto de Organização

Valeir Ertle

Secretário de Políticas Sociais

Expedito Solaney Pereira de Magalhães

Secretária de Relações do Trabalho

Maria das Graças Costa

Secretário-Adjunto de Relações do Trabalho

Pedro Armengol de Souza

Secretária de Saúde do Trabalhador

Junéia Martins Batista

Secretário-Adjunto de Saúde do Trabalhador

Eduardo Guterra

Diretoras e Diretores Executivos

Daniel Gaio

Elisângela dos Santos Araújo

Jandyra Uehara

Júlio Turra Filho

Rogério Pantoja

Roni Barbosa

Rosana Sousa Fernandes

Shakespeare Martins de Jesus

Vítor Carvalho

Conselho Fiscal

Antonio Guntzel

Dulce Rodrigues Sena Mendonça

Manoel Messias Vale

Suplentes

Raimunda Audinete de Araújo

Severino Nascimento (Faustão)

Simone Soares Lopes

pages

- 07 **APRESENTAÇÃO**
*José Celestino Lourenço (Tino) – Secretário Nacional de Formação da CUT e
Admirson Medeiros Ferro Júnior (Greg) – Secretário Adjunto de Formação da CUT*
- 09 **EDUCAR É FORMAR CIDADÃOS PREPARADOS PARA LUTAR**
Vagner Freitas – Presidente Nacional da Central Única dos Trabalhadores
- 13 **OS PRINCÍPIOS DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO E OS DESAFIOS
ATUAIS DA FORMAÇÃO SINDICAL**
*Fernanda Forte de Carvalho e Pérsio Plensack – Assessores da Secretaria Nacional
de Formação da CUT*
- 19 **20 ANOS DE DISPUTA EM TORNO DA CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO
INTEGRAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS**
Rosana Mieko Miyashiro – Coordenadora Pedagógica da ETHCI Canto da Ilha
- 29 **ENTREVISTA**
- 35 **EXPERIÊNCIAS SIGNIFICATIVAS DA CUT NO CAMPO DA EDUCAÇÃO DOS
TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS**
Martinho da Conceição – Coordenador da Secretaria Nacional de Formação
- 41 **EXPERIÊNCIA DA ETCHI NA FORMAÇÃO INTEGRAL COMO DISPUTA DE
HEGEMONIA**
*Rosana Mieko Miyashiro e Aline Salami– Coordenadoras pedagógicas da Escola de
Turismo e Hotelaria Canto da Ilha*
- 47 **A RELAÇÃO DA FORMAÇÃO COM AS NOVAS MÍDIAS E TECNOLOGIAS**
Admirson Medeiros Ferro Júnior (Greg) – Secretário Adjunto de Formação da CUT
- 51 **A INTERVENÇÃO DA CUT NOS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS EM DEFESA DA
EDUCAÇÃO PÚBLICA**
*José Celestino Lourenço – Secretário Nacional de Formação da CUT
Adriano Soares da Silva – Assessor da Secretaria Nacional de Formação da CUT*
- 57 **COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO CAMPO DA FORMAÇÃO SINDICAL**
Ana Paula Melli – Assessora da Secretaria Nacional de Formação da CUT



REUNIÃO DO COLETIVO NACIONAL DE FORMAÇÃO

CONAFOR

11 a 14 de Março de 2014

Escola Sindical Sul da CUT – Florianópolis - SC

Passados 32 anos de implementação de uma experiência ímpar de construção de uma Central Sindical em nosso país, podemos afirmar que o projeto político e sindical da CUT revela o grande acerto dos setores combativos do movimento sindical brasileiro nos anos 70/80 pela sua fundação.

A CUT neste período se consolidou como a maior Central Sindical do país e uma das maiores do mundo o que, para além de ser um grande motivo de orgulho para todos e todas nós que militamos como dirigentes e/ou liderança de base, impõe-nos uma grande responsabilidade no que diz respeito ao enfrentamento da conturbada agenda política brasileira e dos desafios para que o país retome a trajetória de crescimento com geração de emprego, distribuição de renda e justiça social referenciada no respeito às diferenças e à democracia.

Na trajetória vitoriosa da nossa Central Sindical e frente aos desafios impostos pela atuação conjuntura nacional e internacional, temos consciência que o trabalho da formação sindical foi e continuará sendo de extrema relevância na construção da contra-hegemonia da classe trabalhadora aos ditames e interesses das classes dominantes.

Desde 1984, quando se deu início ao ciclo de debates em todas as regiões do país com o objetivo de trocar experiências de formação que já vinham sendo desenvolvidas por alguns sindicatos que tinham direções combativas e centros populares com larga experiência no campo da educação popular, demos passos significativos na consolidação da Política Nacional de Formação da CUT.

Definimos princípios, refletimos sobre concepções de educação, mergulhamos nas experiências da educação popular, intercambiamos conhecimentos com estudiosos do campo do trabalho e educação, dialogamos com experiências de formação sindical e de educação de outros países, desenvolvemos experiências não apenas no campo da formação sindical, mas também no âmbito da educação e alfabetização de trabalhadores e trabalhadoras, processo este pautado em uma concepção metodológica que se situa no campo da educação dialética.

Esta riqueza que hoje encontramos no âmbito da Rede Nacional de Formação da CUT com seus acertos, incertezas e desafios, é que buscamos expressar nesta revista Forma & Conteúdo nº 17. Lembramos 2016 é o ano em que completará 20 anos das primeiras experiências da Rede Nacional de Formação da CUT no campo da qualificação sócio-profissional dos trabalhadores e trabalhadoras, as quais foram essenciais para que consolidássemos a concepção de educação integral em contraposição à visão hegemônica das competências.

Por esta razão, enfatizamos neste número da revista Forma & Conteúdo as diferentes dimensões dessas experiências, bem como seus legados e desafios atuais. Esperamos assim, socializar com o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras que se identificam com o seu projeto político e sindical, todo este acúmulo que nos desafia e nos estimula na luta em defesa da educação pública, gratuita, laica, democrática e emancipatória.

BOA LEITURA !

José Celestino Lourenço
Secretário Nacional de Formação

Admirson Medeiros Ferro Júnior (Greg)
Secretário Adjunto de Formação Sindical



EDUCAR É FORMAR CIDADÃO PREPARADOS PARA LUTAR E CONQUISTAR DIREITOS

Vagner Freitas – Presidente Nacional da CUT

A CUT é indiscutivelmente a central sindical brasileira que mais protagonizou lutas trabalhistas e políticas na defesa dos interesses da classe trabalhadora e da sociedade. Na história recente do Brasil, lideramos embates relevantes na luta pela ampliação dos direitos dos/as trabalhadores/as, e também no combate à ditadura militar, na luta pela anistia política, por eleições diretas para presidente, no impeachment do presidente Fernando Collor e na eleição e reeleição de Lula e de Dilma. Essas ações e conquistas são frutos da formação sindical revolucionária que a CUT e os seus ramos promovem para toda a sua base sindical.

Ao longo dos anos formamos e preparamos para a luta sindical e política milhares de novos quadros, trabalhadores e trabalhadoras estimulados a reivindicar seus direitos participando ativamente das lutas da CUT nos seus locais de trabalho ou nas comunidades onde vivem. A demanda, porém, é enorme.

O movimento sindical vem assumindo cada vez mais tarefas na luta por melhores condições de trabalho e renda, mais qualidade e acesso à saúde e à educação pública, transporte coletivo, moradia, enfim, mais qualidade de vida. São tarefas que exigem formação sindical e política que qualifiquem e atualizem os conhecimentos dos/as trabalhadores/as para que eles possam discutir com profundidade os problemas que surgem nas empresas ou em seus bairros. Para construirmos um Brasil mais justo, equânime e democrático, é preciso atuarmos de forma consciente, propormos soluções sobre questões referentes às políticas educacionais, econômicas e sociais.

A estratégia de ação da CUT privilegia a luta coletiva

Em momentos como o atual, em que as classes média e alta estão cada vez mais tomadas por valores individualistas e em que parte desses segmentos sociais tem se revelado avessa aos avanços sociais que conquistamos nos últimos anos, os desafios da formação CUTista e da educação como um todo são enormes. É preciso estimular e fortalecer as grandes ações de massa e a participação da luta coletiva, por exemplo, fortalecendo a decisão da CUT de participar ativamente de duas frentes: a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, cujas premissas são a defesa da democracia e a proposição de uma política econômica voltada para os interesses dos/as trabalhadores/as.

Precisamos convencer um número cada vez maior de trabalhadores/as da importância da nossa visão classista e unitária nas ações em defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, entre os quais, a necessidade e urgente consolidação do nosso projeto de uma sociedade democrática, o que implica desenvolvimento sustentável, com valorização do trabalho, geração de emprego decente e distribuição de renda, conforme expresso na Plataforma CUT da Classe Trabalhadora.

Em defesa da educação

A CUT e as entidades filiadas que organizam os trabalhadores e as trabalhadoras em educação – CNTE, setores da CONTEE e parte da FASUBRA – defendem a concepção de que a educação deve se converter em um poderoso instrumento de construção de transformações sociais. A CUT também participa, contribuindo e defendendo essa visão classista dos/as trabalhadores/as nos espaços como a Conferência Nacional de Educação (CONAE), no Fórum Nacional de Educação (FNE) e junto ao Ministério da Educação. Nesses fóruns, fazemos a defesa intransigente não apenas da educação emancipatória que deve ocorrer em um ambiente escolar democrático, como também, de práticas educativas que valorizem os profissionais e os conhecimentos, as experiências e a realidade concreta dos alunos/as.

É absolutamente inquestionável que o dever de uma Central Sindical combativa como a CUT é, juntamente com os seus ramos, garantir formação sindical e política de todos/as trabalhadores/as. E mais, é essencial potencializar, a partir das práticas desenvolvidas no âmbito da nossa Política Nacional de Formação, as lutas em defesa de uma educação que reflita as contradições existentes e inerentes à sociedade de classes e que forme cidadãos não apenas para atender as demandas do capital mas, especialmente, que tenham visão crítica e saibam se situar com autonomia diante da nossa complexa realidade.

Os trabalhadores/as precisam compreender todas as variáveis que estão em jogo nas relações sociais e de trabalho. É fundamental que entendam como combinar as conquistas individuais e coletivas, como, a aposentadoria e a Política de Valorização do Salário Mínimo, esta última, proposta da CUT negociada com o presidente Lula e implantada em 2007, após negociação com todas as centrais sindicais e o Congresso Nacional.

Precisam compreender e se apropriar dos fundamentos das 20 metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, conquistadas após uma dura disputa com os setores que defendem o aprofundamento do processo de precarização e privatização da educação pública brasileira. Entre as principais conquistas, destaco a definição dos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para o financiamento da educação. Daí a importância dos trabalhadores e trabalhadoras compreenderem a luta em defesa da Petrobrás e dos recursos do pré-sal para o financiamento da educação e da saúde. São conquistas coletivas como essas que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e da sociedade como um todo.

Nos tempos atuais, ampliar nossos conhecimentos, desenvolver estratégias para enfrentar e resolver problemas, bem como atuar de forma propositiva, são exigências que tanto a nossa formação sindical quanto as práticas educativas no âmbito das escolas formais devem enfrentar.

É nossa tarefa, além de incentivar a organização dos/as trabalhadores/as desde os seus locais de trabalho, na sua comunidade e em outros espaços de atuação, garantir mais espaços de reflexão crítica para que se apropriem de valores sócio-históricos fundamentais para a prática sindical e política cidadã. Essa apropriação de conhecimentos e experiências é o que torna o cidadão consciente e responsável pela “transformação da sociedade brasileira em direção à consolidação da democracia e ao socialismo”. Este é um princípio da CUT e, certamente, é o papel da educação na agenda da nossa Central.



OS PRINCÍPIOS DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CUT E OS DESAFIOS ATUAIS DA FORMAÇÃO SINDICAL

Fernanda Forte de Carvalho e Pêrsio Plensack - Assessores da Secretaria Nacional de Formação da CUT

Que todos e todas sabem e reconhecem a importância estratégica da Política Nacional de Formação - PNF/CUT não é uma novidade. No entanto, o que nem todo mundo sabe é como essa política é construída e quais são os *princípios* norteadores desta ação sindical. Sendo assim, antes de avançar no tema dos *desafios* da formação, a seguir, apresentamos os **PRINCÍPIOS DA FORMAÇÃO DA CUT**.

Democrática, Plural e Unitária

A formação deve estimular o debate entre as diversas correntes de opinião presentes no interior do movimento sindical CUTista, criando condições para que as diferentes concepções aflorem, se conheçam, se confrontem e busquem, a partir dos princípios do projeto estratégico da central, definir ações unificadas e que fortaleçam a identidade de classe. Além disso, a identidade política e metodológica da PNF/CUT se constrói a partir da incorporação das diversidades regionais nos percursos formativos com o objetivo de captar o movimento vivo dos agentes políticos e sociais e reafirmar o compromisso da CUT com a “defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo” (CUT, 2014)¹.

Classista e de Massas

A formação da CUT é voltada para despertar a consciência de classe e a percepção da importância da unidade para a luta. Tem como meta atingir todos os ramos e macrossetores da CUT com o objetivo de articular as dimensões do cotidiano do local de trabalho com as demandas da classe.

Indelegável

A formação é uma política permanente da CUT vinculada ao seu projeto político e organizativo. Sendo assim, a política nacional de formação se referencia nas resoluções aprovadas nas instâncias decisórias da CUT, a saber: Congressos, Plenárias, Direção e Executiva da Direção. A sua formulação, execução e sustentação financeira são de responsabilidade das entidades, fóruns e instâncias da Central.

¹ CUT (2014) Estatuto. Central Única dos Trabalhadores. São Paulo: CUT.

Instrumento de Reflexão Crítica e de Libertação

A formação tem como objetivo contribuir para que os trabalhadores e as trabalhadoras tenham uma visão crítica da realidade concreta, das relações sociais *de e na* produção e do mundo concreto em que estão inseridos para que se percebam como sujeitos da história: capazes de analisar a realidade, elaborar propostas e definir ações voltadas para a transformação social, agindo sempre de forma coletiva com convicção e consciência em seus propósitos.

Contra as discriminações

A formação deve ser um instrumento objetivo de luta por mudanças de comportamentos que reproduzam visões e práticas de exclusão e discriminação nas relações sociais, sejam elas relativas às questões de gênero, étnico-raciais, geracional ou em relação às pessoas com deficiência e às diversidades das orientações sexuais, ideológicas e religiosas. Deve, portanto, valorizar e incentivar a solidariedade, a integração social e a luta pela igualdade e equidade de direitos e o respeito a todos, sem distinções. Somente pela incorporação desses valores é que a classe trabalhadora pode efetivamente ser portadora de uma nova ética.

Integralidade do Ser Humano

A integralidade do ser humano em suas múltiplas dimensões: política, cultural, histórica e social contrapõe-se à perspectiva alienante que transforma a classe trabalhadora em mera mercadoria e força de trabalho. Portanto, o resgate da integralidade do sujeito trabalhador/a, na perspectiva da plena formação humana, tem valor estratégico para a humanização das relações sociais, permeadas pela solidariedade, ética e criticidade necessárias à ampliação das visões de mundo para uma práxis emancipadora. Trata-se da possibilidade dos trabalhadores e trabalhadoras se reconhecerem como produtores da riqueza social e, portanto, como sujeitos históricos.

Unificada e Descentralizada

A formação CUTista é uma política unificada quanto a sua concepção, objetivos, prioridades e estratégias de implantação. A partir de uma gestão coletiva e nacionalmente articulada, é descentralizada quanto a sua elaboração e implementação, considerando as especificidades de cada região e estados e dos ramos e macrossetores organizados na CUT.

Dimensões Política, Ideológica e Técnica

Com o objetivo de qualificar os trabalhadores e trabalhadoras, a formação da CUT deve valorizar e buscar articular as dimensões política, ideológica e técnica do conhecimento. Assim, a formação CUTista busca superar a separação histórica entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar, decorrentes da divisão social no capitalismo. Ressaltamos que na concepção metodológica dialética, o conhecimento não é compreendido como algo neutro, isto é, se insere como elemento na disputa entre as classes sociais antagônicas.

Portanto todo conteúdo técnico é compreendido como uma ferramenta política das classes em disputa, mas também contém elementos universais, resultantes da síntese de múltiplas determinações, que conformam os conhecimentos historicamente acumulados. Ao tomarmos esses conhecimentos de forma contextualizada em seus aspectos contraditórios, buscamos explicitar sua dimensão político-histórica, fruto das relações sociais produzidas por homens e mulheres na produção da sua existência.

DESAFIOS ATUAIS DA FORMAÇÃO SINDICAL DA CUT

Considerando os princípios políticos e pedagógicos e as deliberações dos Congressos da CUT através da leitura atenta sobre a conjuntura política e social do país e do mundo, representantes das diferentes instâncias da Central, sobretudo secretários e secretárias de formação das Estaduais da CUT e dos mais diversos ramos de atividade, bem como dirigentes sindicais de todas as regiões do país e educadores e educadoras pertencentes as Escolas Sindicais, constroem coletivamente durante o ENAFOR Encontro Nacional de Formação da CUT as linhas e diretrizes da formação. Todo este processo origina-se a partir dos debates desde os sindicatos de base filiados a CUT. A realização do ENAFOR é precedida dos Encontros Estaduais e Regionais de Formação.

Desse modo, os desafios da formação sindical cutista foram refletidos nas prioridades definidas e que norteiam a construção do plano nacional, regionais, estaduais e dos ramos, estão em consonância com as análises sobre as transformações políticas, econômicas e sociais ao longo dessas três décadas. Desde a sua origem, norteada pela noção de uma formação democrática, classista e pela base, em cada um dos diferentes momentos da história da CUT nestes 32 anos a Formação Sindical buscou superar os desafios impostos à agenda sindical.

Na conjuntura atual na qual vivemos um processo de agravamento da crise econômica em âmbitos nacional e internacional e uma forte pressão de setores conservadores da sociedade brasileira, que tenta impor na agenda política medidas de retrocesso em relação às conquistas dos últimos anos, perda de direitos a classe trabalhadora, aliadas ao ajuste fiscal proposto pelo governo penalizando os trabalhadores e as trabalhadoras, bem como os setores mais vulneráveis da sociedade, à Política Nacional de Formação CUT se coloca a necessidade de possibilitar um amplo processo de reflexão crítica sobre este contexto como condição para potencializar a mobilização dos mais de 3.500 sindicatos filiados.

Não por outra razão, o Plano Nacional de Formação de Dirigentes da CUT está estruturado em programas que tratam de temas estratégicos que visam o enfrentamento crítico e qualificado desta realidade. Sendo assim, os programas: Organização e Representação Sindical de Base (ORSB); Negociação e Contratação Coletiva (NCC); Desenvolvimento, Políticas Públicas e Ação Regional (DPPAR); Formação de Formadores e Formadoras (FF); Política e Sindicalismo Internacionais (PSI), buscam garantir abordagens que, partindo da realidade dos trabalhadores e trabalhadoras de cada ramo da CUT, contribuam para que dirigentes e assessorias sindicais possam refletir, identificar questões/problemas que devem estar no centro das formulações estratégicas das diferentes instâncias.

Frente a necessidade de uma ação mais articulada com outras Secretarias e Políticas da CUT outras iniciativas foram postas em desenvolvimento. A exemplo do projeto de formação para jovens sindicalistas denominado “Juventude da CUT em Ação” em parceria com a Secretaria Nacional da Juventude; o Curso de Formação de Formadores em Comunicação em parceria com a Secretaria Nacional de Comunicação - SECOM e a ECA-USP e o Curso de Formação de Formadores em Gestão Sindical em parceria com a Secretaria de Administração e Finanças.

Novas experiências que demonstram a necessidade de ampliação desta estratégia somada a outras que já estão consolidadas como o Curso sobre Política e Sindicalismo Internacionais em parceria com a Secretaria de Relações Internacionais e com o Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho - CESIT/Unicamp onde a formação sindical obtém o reconhecimento e a certificação acadêmica, num debate conjunto de conteúdos e metodologia.

Se na relação com as universidades possuímos um campo amplo de possibilidades, o mesmo ocorre no fortalecimento das relações com os movimentos sociais criadores, fazedores e difusores de infinitas experiências no campo da formação. Alguns parceiros antigos que continuam conosco nesta caminhada e comungam no mesmo campo ideológico na transformação da sociedade a exemplo do MST, no entanto, novos movimentos têm surgido nos últimos anos, como o Levante Popular da Juventude e a Mídia Ninja em que essa relação e troca tem sido feita sobretudo no campo da Comunicação e Cultura.

Considerando as dimensões regionais do Brasil e a diversidade de ramos da CUT, é preciso que a ação sindical seja cada vez mais ousada e criativa, voltada para o contínuo aprimoramento e aplicação do princípio da descentralização da formação sindical. Neste sentido, a política nacional de formação de formadores/as deve ser incentivada, periodicamente avaliada e reorientada frente aos novos desafios. Além disto, durante o processo de capacitação necessitamos dar maior ênfase e estimular a criação de meios em que as pessoas se sintam encorajadas para o exercício prático do “ser educador (a)” sindical.

A questão da sustentação financeira da Formação Sindical da CUT também requer de todos e todas nós especial atenção. Ao longo dos anos passamos por vários modelos e situações de financiamento da formação. Desde a solidariedade internacional, passando pelos programas de elevação de escolaridade até a utilização do imposto sindical. Todas as formas de sustentação financeira partem de um único agente financiador: o trabalhador e a trabalhadora. São esses que produzem toda a riqueza do país e que acabam, por um meio ou outro, financiando os processos formativos da classe. A forma como essa sustentação financeira se materializa varia. Mas ainda notamos que muitas entidades sindicais ainda não investem na formação sindical e demandam que esse papel seja feito exclusivamente pela CUT Nacional.

Na perspectiva de garantirmos que a formação sindical da CUT, cada vez mais, se concretize como um espaço para o exercício da democracia e do respeito a diversidade, a implementação da Política Nacional de Formação ocorre a partir de uma concepção de Rede em uma trama em que as diferentes realidades e conhecimentos são concebidos como potencializadores mútuos e não elementos em contradição. Esta concepção de rede, em uma perspectiva de complementaridade, precisa ser mais introjetada pelas diversas instâncias e suas respectivas direções como condição para o exercício da solidariedade e da cooperatividade entre os trabalhadores e as trabalhadoras, em contraposição as noções individualistas que apontam todas as relações sociais como competição.

Neste sentido, devemos avançar nas formulações junto a cada estado, cada Confederação e Federação orgânica e/ou filiada a CUT para que mapeiem o que existe de produção no campo da formação sindical no seu setor/região, para que a partir daí, em Rede, possamos construir juntos estratégias e formas de melhor trabalharmos a nossa organização através dos coletivos, como também conteúdos, formas de abordagens, a produção de materiais pedagógicos e viabilizar o intercâmbio de experiências. O nosso maior desafio é estimular esta reflexão para que todas as entidades tenham um plano de formação voltado para as especificidades da sua categoria, ramo e região, sem perder de vista o princípio classista da formação sindical CUTista. SOMOS FORTES, SOMOS CUT.



14ª PLENÁRIA



CVT

TRANSPORTE

CVT

PETROLEIOS

CVT

COMUNICAÇÃO

CVT

20 ANOS DE DISPUTA EM TORNO DA CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS

Rosana Mieko Miyashiro e Aline Salami – Coordenadora Pedagógica da ETHC Canto da Ilha

A luta pela educação pública, gratuita, democrática e de qualidade sempre esteve presente nas pautas de reivindicações da CUT, em decorrência do histórico déficit educacional no país, que destituiu parcelas significativas da população brasileira desse direito fundamental.

Nas últimas duas décadas, nossa Central Sindical, a partir de experiências próprias e de um processo de diálogo com estudiosos do mundo do trabalho e sua relação com a educação, consolidou uma visão crítica sobre a educação sob a égide do mercado. Nesse sentido vem defendendo a concepção de Educação Integral dos Trabalhadores e Trabalhadoras forjadas na luta por uma educação integrada ao trabalho que considere todas as dimensões da vida da classe trabalhadora, ou seja, que contemple as dimensões da formação propedêutica, profissional, política e sindical e da formação para a cidadania ativa.

Dessa maneira, mais do que pressionar o governo a investir em educação, se faz pertinente a participação efetiva dos trabalhadores na construção de políticas públicas de Educação que considerem as suas realidades e necessidades. Esse processo configurou-se em importante espaço de disputa contra-hegemônica no campo educacional.

Passados 20 anos, permanece estratégica a apropriação desses acúmulos pelo conjunto das instâncias e direções da Central tendo em vista que a atual conjuntura demonstra que essa luta continua extremamente pertinente. Por essa razão, organizamos esse breve artigo que busca socializar as formulações, debates e reflexões da CUT no âmbito da Educação Integral dos Trabalhadores e Trabalhadoras para o fortalecimento da estratégia de intervenção da CUT na educação da classe trabalhadora.

Vale aqui voltar um pouco no tempo para historicizar esse rico processo de construção da nossa Central, num cenário bastante adverso aos trabalhadores. Em meados de 1990, o debate na CUT sobre a educação se intensifica e assume novos contornos, envolvendo vários setores do movimento sindical. A partir da necessidade de aprofundamento das reflexões em torno dos impactos das novas tecnologias no mundo do trabalho em nível mundial, para traçar novas estratégias de ação sindical num contexto de claras alterações produzidas na subjetividade, na organização e nas formas de luta dos trabalhadores procura-se compreender a lógica da ênfase dada pelo Capital à importância da educação diante das novas exigências de qualificação dos trabalhadores, condição *sine qua non* de inserção no mercado de trabalho neste contexto.

Somado a esse cenário de novas exigências da formação da força de trabalho, tínhamos em 1995 no Brasil, indicadores educacionais que apontavam uma média de escolarização de 4,6 anos de estudos, menor que de muitos países da América Latina, fruto de um processo histórico de concentração das riquezas e exclusão social de grande parcela da população.

Essa situação agravava a vida dos/as trabalhadores/as em vários ramos representados pela CUT, no campo e na cidade, sujeitos estes que possuíam em sua grande maioria, poucos anos de estudos e que sofriam a ameaça constante do desemprego e/ou piora nas condições de trabalho.

Outra questão importante de destacar é que como havia ocorrido nos países centrais do capitalismo na década anterior, enfrentávamos uma forte ofensiva do capital para desmobilizar o movimento sindical dos trabalhadores, com a diminuição das taxas de sindicalização frente ao aumento do desemprego, que reduziu fortemente o poder dos sindicatos. Além da fragilidade e instabilidade dos empregos formais e maior precarização das condições de trabalho no contexto da reestruturação produtiva que, combinados com as políticas neoliberais do Estado mínimo, de ajuste das economias sob a lógica da globalização excludente, das privatizações de empresas e serviços públicos entre outros, lança novos desafios para a organização das bases representadas pela CUT.

Este quadro é ainda mais perverso para o contingente de trabalhadores que não tiveram acesso à educação básica e que passam a ser pressionados a se qualificarem profissionalmente. O grau de escolaridade passa a ser um dos requisitos para a manutenção e/ou para a aquisição de um novo emprego. Condição essa exigida e dissociada da realidade educacional brasileira, marcada pela exclusão social e pela insuficiência de políticas públicas de trabalho e educação voltadas aos segmentos mais vulneráveis socialmente.

Anteriormente, a Central, já questionava a dicotomia histórica entre a educação básica e educação profissional no país, sendo que a primeira esteve historicamente centrada na formação geral, via ensino propedêutico regular, enquanto a segunda era direcionada para o trabalho. Ou seja:

Questões como a persistência/conservação da dualidade estrutural, o caráter seletivo e excludente do sistema educacional (expresso pelo alto déficit de atendimento e retenção), o monopólio do setor empresarial no campo do ensino e capacitação profissional, políticas de formação profissional exclusivamente centradas nas necessidades do mercado de trabalho e desarticuladas de políticas de desenvolvimento, de geração de emprego e de distribuição de renda tornar-se-ão os eixos centrais de discussão e enfrentamento (Manfredi, 2002 : p. 108)

Portanto, a partir nos anos 1990, o tema da Educação dos Trabalhadores é estratégico na agenda da CUT e intensificam-se ações educativas na própria Central com a implementação da concepção de Educação Integral, tomando o **trabalho como princípio educativo**, que se constitui como alternativa às propostas do Capital. Tal estratégia visa possibilitar a formulação de propostas educacionais sob outras bases, articulando a educação geral à apropriação dos conhecimentos científicos e culturais no contexto contemporâneo das novas tecnologias e das transformações no mundo do trabalho.

Desse modo, as experiências de Educação Integral dos Trabalhadores se conformam em um campo de resistência ao paradigma dominante na medida em que tem como objetivo estratégico possibilitar aos trabalhadores uma formação ampla e crítica para a compreensão dessa nova realidade da classe trabalhadora brasileira. Esse contraponto insere-se num momento em que se hegemoniza o estímulo à competição entre os próprios trabalhadores cuja marca é o individualismo em detrimento dos projetos coletivos.

O entendimento de que a formação profissional não deveria ser apartada da educação geral aponta novos horizontes de atuação da CUT no âmbito do Trabalho e Educação, conforme expressam as resoluções dos Congressos e Plenárias Nacionais, a partir de 1994.

De acordo com o 5º Congresso:

A formação profissional é numa concepção cutista, parte de um projeto educativo global e emancipador. Portanto, deve ser entendida como o exercício de uma concepção radical de cidadania. A CUT recusa a concepção de formação profissional como simples adestramento ou treinamento ou como mera garantia de promoção de competitividade dos sistemas produtivos. (5º Concut, 1994)

Reafirma-se na 7ª. Plenária Nacional que:

A superação do antagonismo entre formação geral e formação técnica exige a defesa de uma educação democrática, a organização da escola básica unitária, entendida como unidade que abrange a educação infantil, o ensino fundamental e médio incluídos neste nível de escolaridade os objetivos adicionais de educação profissional. Essa é a escola capaz de viabilizar a formação integral ou politécnica para a classe trabalhadora. (7ª Plenária, 1995)

O resgate da centralidade política da concepção de formação profissional no contexto das transformações no mundo do trabalho contemporâneo significou recuperar sua dimensão histórica no sentido de possibilitar a consciência crítica dos trabalhadores sobre o conteúdo social do trabalho que realizam.

Dessa maneira, a perspectiva de refutar a Educação unilateralmente instituída pelo Capital segundo as estratégias de acumulação que se reflete no paradigma produtivo flexível, foi uma estratégia de disputa de hegemonia para o fortalecimento da luta dos trabalhadores em contraponto ao discurso dominante que procurava tratar a questão da educação como um imperativo para a solução da situação de desemprego, baseadas na competitividade do mercado e na atualização profissional compatíveis com as inovações tecnológicas. Por isso, a importância do “(...) desenvolvimento e aprofundamento de metodologias próprias que articulem a educação básica com a formação profissional; que se convertam em modelos alternativos ao governamental e possibilitem a disputa na sociedade pela educação que os trabalhadores concebem e defendem.” (9ª Plenária, 1999).

Uma educação para além do mercado: contexto e pressupostos da Educação Integral

Historicamente, as propostas educacionais para as elites pautaram-se em conteúdos universais: de apropriação científico-cultural. Já a educação para a classe trabalhadora foi marcada por conteúdos voltados para a produção.

Entretanto, nos anos de 1990 criam-se mecanismos mais sofisticados para as propostas de Educação dos Trabalhadores que, aparentemente, propõem a superação do mero treinamento, marca da formação profissional no paradigma fordista-taylorista.

A expressão mais acabada da proposta de adaptabilidade às mudanças em curso é a proposição do Modelo de Competências. Ao colocar como centro do processo de aprendizagem a capacidade de adaptação às incertezas no mundo moderno, o destino dos trabalhadores e sua futura atividade passam a ser predeterminados pelo Capital.

O modelo de competências ganhou centralidade não somente no campo educacional. Teve implicações diretas nas relações de trabalho como um todo à medida que buscava estabelecer novos parâmetros para as negociações de direitos dos trabalhadores a partir da individualização das demandas dos trabalhadores, em detrimento da perspectiva coletiva de organização e reivindicação.

O reconhecimento dos saberes tácitos também é incorporado no Modelo de Competências com o objetivo de reorganizar os processos de formação e certificação profissional para ajustá-los às necessidades produtivas para uma maior competitividade das empresas.

A noção de competência é, então, apropriada ao processo de despolitização das relações sociais e de individualização das reivindicações e negociações. As relações coletivas não se esgotam, já posto que o trabalho continua sendo uma relação social e o homem continua vivendo em sociedade, mas elas se pautam cada vez menos por parâmetros corporativos e/ou políticos para se orientarem por parâmetros individuais e técnicos. (Ramos, 2001: 159-160)

A proposta de Educação Integral dos Trabalhadores ganha relevância para a luta e pela intervenção nas políticas públicas e é:

Concebida como um dos princípios para qualificação dos trabalhadores no âmbito da Política Nacional de Formação da CUT, a Educação Integral pressupõe a articulação permanente das dimensões de Escolarização, Formação Política e Sindical e Formação Profissional, numa perspectiva de qualificar os sujeitos não apenas para o mercado de trabalho, mas, sobretudo para a tomada de consciência crítica perante as transformações no mundo do trabalho, a realidade política-econômica e social do país, como também a importância da organização sindical tendo em vista o fortalecimento da cidadania. (8º Concut, 2003).

Em suma, se anteriormente a ênfase nos conteúdos educacionais incidiam numa dimensão instrumental e tecnicista circunscrita às profissões dentro do modelo fordista-taylorista, no contexto do modelo flexível de produção e organização do trabalho, a educação pautada no Modelo de Competências visa proporcionar maior da flexibilização da formação de acordo com as necessidades da produtividade, ou seja, está voltada exclusivamente para um maior aproveitamento da força de trabalho buscando a adesão crescente dos trabalhadores à lógica do Capital.

Este princípio da adaptabilidade – que requer uma personalidade responsável, comprometida e autônoma, ao lado de posturas flexíveis frente às incertezas – recebe o investimento da empresa, mediante o gerenciamento exercido sobre a personalidade do trabalhador. Isto favorece a interiorização dos valores da empresa e a internalização de seus modos de controle. Este tipo de gestão é instrumentalizado pela valorização de características psico-cognitivas e sócio-afetivas do indivíduo, em outras palavras, do saber conjugado ao saber fazer (Ramos, 2001: p.11).

Assim, a noção de competência tornou-se uma estratégia eficaz de adaptação dos indivíduos às instabilidades da vida no mundo contemporâneo que, por sua vez, reforçava a naturalização das relações sociais vigentes como se fosse algo dado e determinado pelas inovações tecnológicas. Apontava-se a resolução dos problemas advindos da realidade do desemprego através de saídas individuais.

Os mais “competentes” poderiam se inserir e serem bem sucedidos no mercado de trabalho. Determinavam-se novos padrões de comportamento humano a partir da ênfase no sujeito individual. Apartado das relações sociais nas quais os sujeitos estão inseridos, enfraquecendo dessa maneira laços e identidade de classe entre os próprios trabalhadores.

A consequência dessa concepção de educação é a naturalização da relação direta entre educação e produção. Assim, a educação passa a ser uma mercadoria sujeita às regras de mercado.

Em meio a esse complexo social que envolve a política, economia, as políticas sociais (educação, saúde, previdência etc.) a sociedade brasileira passa por enormes transformações diante da abertura da economia, da adequação do mercado de trabalho a nova divisão internacional do trabalho, da ênfase da ideologia do fim da história e do trabalho como categoria social.

No âmbito do trabalho e educação, ganha centralidade a questão da Educação dos Trabalhadores e para a CUT diante desse cenário adverso e contraditório, construir alternativas de disputa no campo educacional surge como forma de fortalecer sua atuação junto aos trabalhadores.

Portanto, a Educação Integral dos Trabalhadores na perspectiva da formação humana, omnilateral e unitária, baseados nos princípios da politécnica, trabalho, cultura e ciência situa-se num esforço, no campo crítico do trabalho, de construção de propostas que, para além das exigências do mercado, busca forjar formulações e experiências dos próprios trabalhadores para disputar uma proposta de educação emancipatória.

Portanto, é estratégico:

recuperar a relação entre conhecimento e a prática do trabalho. Isto significaria explicitar como a ciência se converte em potência material no processo de produção. Assim, seu horizonte deveria ser o de propiciar aos trabalhadores o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. (Frigotto, 2004, p. 35).

Nesse sentido, a educação almejada visa acumular elementos para uma concepção de “escola unitária”, aqui entendida como aquela que leva aos conhecimentos tecnológicos, assim como aos conhecimentos sobre a sociedade e a cultura e é concebida como ponto fundamental e estratégico das ações formativas da classe trabalhadora.

É importante destacar que os trabalhadores jovens e adultos trazem diversos saberes e experiências (estudo, trabalho, participação na comunidade), que demandam estratégias pedagógicas diferenciadas para incorporar estes conhecimentos acumulados em suas trajetórias de vida. Há também que se considerar a heterogeneidade em relação às questões étnico-raciais, de gênero e geracional para potencializar uma participação ativa dos trabalhadores no desenvolvimento dos Percursos Formativos a partir da troca de experiências para a construção coletiva de novos conhecimentos.

Assim, a questão da construção do conhecimento compreendido na sua dimensão epistemológica remete à perspectiva de “(...) *uma formação que permita o domínio das técnicas, das leis científicas e a serviço de quem e de quantos está à ciência e a técnica*”. Trata-se de *uma formação humana que rompe com as dicotomias gerais e específicas, político e técnico ou educação básica e técnica, heranças de uma concepção fragmentária e positivista da realidade humana.* (Frigotto, 2004, p.74).

Essa abordagem possibilita, em primeiro lugar, que os temas sejam reconhecidos/compreendidos relacionando-se à realidade concreta. Em segundo lugar, ampliam-se as possibilidades de os conhecimentos serem apropriados em outras dimensões, não somente para responder questões imediatas, ampliando os sentidos das experiências de cada trabalhador/educando. Por fim, possibilita propiciar o acesso a conteúdos e referências diversificadas aos trabalhadores para que estes possam ampliar conceitos e categorias para a análise da realidade, com maior autonomia.

Pois corroboramos com a ideia que “*se o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre os desafios dessa realidade e procurar soluções e assim, transformá-la. O seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu EU e as suas circunstâncias*”. (Paulo Freire)

Desafios atuais

Embora tenhamos observado nos últimos 12 anos avanços significativos nas políticas públicas de educação no Brasil a partir do Governo Lula, com a criação de programas e políticas voltados a criar mecanismos de acesso aos segmentos historicamente marginalizados, a ampliação da oferta de matrículas da educação básica à superior, aumento da média de escolaridade no país (7,7 anos de estudos), ainda temos desafios enormes para a efetivação do trabalho e educação como um direito.

Ao longo deste período, a CUT tem participado de diversos espaços para a disputa da Educação Integral dos Trabalhadores, num contexto adverso na correlação de forças que têm impedido os avanços na construção de políticas públicas que respondam efetivamente as necessidades formativas da classe trabalhadora.

Ainda observamos a seguinte realidade do mundo do trabalho:

- Em todos os setores da economia percebe-se que os trabalhadores que estão em condições mais precárias de trabalho têm como característica menor escolaridade e pouca ou nenhuma inserção em percursos formativos de educação profissional (principalmente de longa duração – cursos técnicos);
- As jornadas de trabalho são incompatíveis com os tempos para o estudo;
- Existência de alta rotatividade do trabalho que acarreta instabilidade na vida dos trabalhadores e afeta na continuidade/permanência/conclusão das etapas de educação;
- Disparidades entre as realidades regionais/setoriais, entre a população urbana e rural, entre negros e brancos, entre homens e mulheres: importante considerar tais realidades para traçar estratégias e ampliar o atendimento da educação profissional dos/as trabalhadores/as;

Além disso, dada à amplitude, abrangência e amplos recursos destinados ao PRONATEC (que articula todos os programas de qualificação profissional de todos os Ministérios e; principalmente os beneficiários dos programas sociais e do seguro desemprego) é necessário uma intervenção da CUT no sentido de:

- Integrar a Educação Básica com a Profissional para superar o aligeiramento dos cursos de curta duração, que historicamente têm sido ofertados aos trabalhadores de baixa renda representando um retrocesso frente aos acúmulos obtidos na última década na Educação Profissional ao desvincular a qualificação profissional da elevação de escolaridade dos trabalhadores e trabalhadoras jovens e adultos;
- Propor mecanismos de definição de indicadores de efetividade social da qualificação profissional, para além dos critérios de inserção no mercado de trabalho, que acaba por retomar a centralidade da empregabilidade e das competências, em detrimento das diversas dimensões da vida dos trabalhadores;

- Propor o condicionamento do repasse de recursos públicos da Educação Profissional para iniciativa privada, principalmente, o Sistema S, à criação de mecanismos transparentes de monitoramento, controle social e qualidade pedagógica dos cursos ofertados;
- Participação do movimento sindical, inclusive com o desenvolvimento de experiências-piloto, a partir dos acúmulos teórico-práticos da Educação Integral como parte da disputa pela incorporação do currículo integrado e metodologias de ensino aprendizagem compatível com os estudantes trabalhadores nas políticas públicas.

Portanto, é fundamental que pautemos nossas ações, formulações e intervenções no âmbito da Educação Integral dos Trabalhadores tendo como referência os posicionamentos históricos da Central integrados a agenda atual de intervenção constante na Plataforma da Classe Trabalhadora, na Luta pelo Trabalho Decente, cuja educação é um dos pilares além da luta pela implementação da meta 10 do Plano Nacional de Educação 2014/2024 que estabelece a oferta de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional).

A luta em defesa da Educação Integral dos Trabalhadores e Trabalhadoras preconizada pela CUT tem sido uma referência importante no debate crítico às insuficiências das políticas públicas voltadas aos trabalhadores jovens e adultos e continua extremamente atual diante dos desafios impostos pela disputa no que tange a valorização social do trabalho e do acesso à educação como um direito. É necessário que o conjunto da CUT aprofunde os debates para a formulação de uma estratégia de intervenção consistente para:

1. A disputa da concepção de educação integral dos trabalhadores nas políticas públicas de Educação Profissional;
2. O fortalecimento na construção de mecanismos de controle social das políticas públicas com vistas à democratização do Estado;
3. A disputa de projetos pedagógicos na ótica do trabalho: currículos, metodologias de ensino-aprendizagem e de reconhecimento dos saberes dos trabalhadores, formação de educadores e formulação de materiais pedagógicos.

Para a CUT, a formação profissional é parte inseparável da educação em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, ensino técnico, tecnológico ou superior. E no plano político-pedagógico a concepção da Educação Integral dos Trabalhadores insere-se num campo de disputa com vistas a superar a histórica dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual em direção a uma plena formação humana dos trabalhadores, para que estes sejam capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

Estratégia da Política Nacional de Formação da CUT

Já no que diz respeito, especificamente a estratégia da Rede Nacional de Formação da CUT, coloca-se como necessidade premente a continuidade do desenvolvimento de experiências que consolidem a:

- Concepção de educação integral dos trabalhadores nas políticas públicas de Educação Profissional em contraposição à pedagogia das competências;
- Participação dos trabalhadores na construção de mecanismos de controle social das políticas públicas de Educação Profissional
- Negociação Capital e Trabalho: A qualificação profissional deve estar conectada aos processos de melhoria das condições de trabalho: saúde e segurança no trabalho, remuneração, combate a rotatividade no trabalho, etc. (Agenda do Trabalho Decente);
- Incorporação das necessidades dos trabalhadores, a partir de diagnósticos, para a oferta de uma Educação Profissional que melhor dialogue com as realidades setoriais/regionais
- Construção de um Sistema Público de Emprego no país integrando as políticas de qualificação, certificação e orientação profissional, intermediação de mão de obra e pesquisa do mercado de trabalho;
- Construção de um modelo de certificação profissional com o reconhecimento social dos saberes e validação das experiências de trabalho numa perspectiva de estímulo a continuidade dos estudos via itinerários formativos que possibilitem uma trajetória ascendente de formação profissional;
- Superação da oferta aligeirada e meramente instrumental dos cursos de qualificação profissional de curta duração, por meio da integração da educação básica dos trabalhadores jovens e adultos à educação profissional;
- Integração entre as políticas de educação profissional, de geração de trabalho e renda e de desenvolvimento local/regional numa perspectiva sustentável e solidária.



José Celestino Lourenço (Tino) foi Secretário Nacional de Formação da CUT desde o 8º CONCURTO realizado em 2003. Nesta entrevista, quando encerra seu mandato à frente da Política Nacional de Formação – PNF/CUT, Tino apresenta um breve balanço da sua trajetória na Secretaria Nacional de Formação – SNF e aponta alguns desafios da nova gestão da CUT no campo da Formação Sindical e da Educação dos Trabalhadores e Trabalhadoras

1. F&C: Tino, nesta tua passagem pela Secretaria Nacional de Formação da CUT Nacional, o que você destacaria como aspecto relevante que fica como legado no âmbito da Política Nacional de Formação da CUT?

Tino: Lembro-me que quando assumi a Secretaria Nacional de Formação, havia um debate sobre o caráter da formação sindical da CUT. Naquele momento, para uns a formação da CUT, a Política Nacional de Formação da CUT em detrimento da formação política e ideológica da base CUTista, vinha priorizando projetos que extrapolavam o papel de uma Central Sindical, como crítica aos projetos que vinham sendo desenvolvidos no campo da qualificação sócio profissional. Para outros, e eu me incluo neste grupo, não havia contradição entre o processo de desenvolvimento político metodológico no campo da qualificação sócio profissional com o papel estratégico da formação política e ideológica que faz parte da natureza da política nacional de formação da nossa Central. Sobretudo, porque nosso maior objetivo com os projetos no campo da qualificação sócio profissional estava em consonância com o projeto político estratégico da CUT de construir a sua organização desde os locais de trabalho. Logo, atingindo o número de trabalhadores e trabalhadoras que passavam pelos nossos projetos, estávamos ampliando significativamente a possibilidade dos trabalhadores e trabalhadoras compreenderem a importância de se apropriarem das bases que sustentam o modo de produção capitalista, de como as empresas extraem a mais valia, dando sentido as nossas reivindicações históricas de liberdade e autonomia, do contrato coletivo nacionalmente articulado, da organização nos locais de trabalho, entre outras dimensões que estão envolvidas nas relações capital e trabalho. Ou seja, em nenhum outro espaço de formação, os trabalhadores e trabalhadoras tinham (e isso permanece até hoje) um tipo de qualificação que lhes permitisse fazer estas reflexões. Era através de um currículo organizado com tais conteúdos que a qualificação sócio profissional se encontrava com as dimensões da formação sindical. Infelizmente, poucos compreenderam esta estratégia na época. Portanto, para mim, a consolidação desta concepção política metodológica, que convencionamos chamar de educação integral, através da qual articulamos as dimensões da formação profissional, da formação sindical e da educação propedêutica (elevação da escolaridade) é, sem dúvida, o maior legado que já vinha sendo construído nas gestões anteriores, mas que consolidamos neste período.

2. F&C: Para além da consolidação desta concepção política metodológica, há mais algum aspecto que você destacaria?

Tino: Pelo menos três aspectos que considero importantes conquistas destes últimos períodos da Política Nacional de Formação. Primeiro, a retomada da agenda de fortalecimento das Escolas Sindicais da CUT. Em que pese ainda considerarmos a existência de limites na atuação da Escolas, todas hoje possuem uma equipe mínima com condições de garantir a implementação dos planos regionais de formação em consonância com as prioridades nacionais e das estaduais da CUT. Este processo de fortalecimento das Escolas Sindicais foi fundamental para o segundo aspecto que quero destacar que foi o processo de rearticulação dos Coletivos Estaduais de Formação e, sobretudo, a constituição de núcleos de dirigentes formadores (as) nos estados. Meio pelo qual hoje a formação sindical tem uma ampla cobertura, ainda que não seja suficiente para responder os grandes desafios da CUT. E por último, a constituição do Plano Nacional de Formação de Dirigentes e Formadores pelo qual passaram, desde 2009 quando foi aprovado na Direção Executiva Nacional e implantado em todo o país, milhares de dirigentes e militantes sindicais. Penso que o PNFD como chamamos vem sendo um instrumento importante para garantir a ampliação da representatividade da CUT nas diferentes regiões, bem como na renovação de quadros dirigentes em diversos sindicatos dos meios urbano e rural. Isso pode ser atestado em qualquer região do país por onde andamos.

3. F&C: O que você destacaria como questão chave no Plano Nacional de Formação de Dirigentes - PNFD ao qual você se referiu?

Tino: Quando construímos o PNFD sabíamos que entre seus principais desafios, além se constituir em um instrumento pelo qual buscávamos fortalecer a identidade político metodológica da formação da CUT, estava o fato de construirmos uma “engenharia” onde não houvesse sobreposição de conteúdos nos programas propostos e de papéis entre os agentes da formação CUTista, ou seja entre SNF, Escolas Sindicais, Secretarias Estaduais de Formação, dos Sindicatos de Base e das Confederações e Federações (ramos). Um processo difícil de ser articulado dada a diversidade e amplitude da representatividade da CUT. Por esta razão, propusemos quatro programas nacionais, sem detrimento das demais iniciativas que Escolas, SEFs e Ramos poderiam e deveriam desencadear. Afinal, o que dá sentido ao trabalho em rede é a unidade na diversidade. A função estratégica destes quatro programas (organização e representação sindical de base - ORSB; negociação e contratação coletiva - NCC; desenvolvimento, políticas públicas e ação regional – DPPAR e formação de formadores – FF) era por um lado garantir que as questões inerentes ao projeto estratégico da CUT estivessem na mente de todos e todas que passassem pela formação sindical e, por outro, ser um meio para aprofundarmos nossas reflexões em torno do desafio da cobertura da formação sindical. Não por outra razão, fizemos um grande esforço para envolver todas as instâncias da CUT neste debate. Avalio que este aspecto, mesmo considerando que avançamos bastante, ainda é um dos pontos a ser muito trabalhado na nossa rede de formação. A articulação dos diferentes papéis na Política Nacional de Formação é uma questão chave para avançarmos no principal desafio da CUT, no campo da formação sindical, que é ampliar a sua cobertura e garantir que as escolas sindicais se consolidem como espaços de formação de quadros dirigentes.

4. F&C: Este 12º CONCUR tem como um dos seus eixos o tema da Educação. Para você que é do ramo da educação, qual a importância deste tema está no centro dos debates deste congresso da CUT?

Tino: Olha, há muito tempo nós da educação, seja dos (as) trabalhadores (as) da educação vinculados à CNTE e à CONTEE, vínhamos afirmando que a questão da educação não pode ser vista como uma coisa específica do ramo. A educação é uma dimensão importante na agenda do desenvolvimento do país, estratégica na consolidação de um projeto de nação democrática e sustentada em um amplo processo de participação, bem como é o meio pelo qual formamos o cidadão e a cidadã brasileiros, ou seja, as filhas e filhos do conjunto da classe trabalhadora. Na nossa compreensão, estas razões são mais que suficientes para falarmos da importância deste 12º CONCUR, que está debatendo os grandes desafios da educação no país. Em um momento em que se percebe uma gama enorme de contradições entre o que defendemos enquanto Plano Nacional de Educação- PNE e o que vem sendo proposto como alternativa viável, sobretudo se olharmos para o projeto “Pátria Educadora” que para nós é um desrespeito à toda construção que fizemos através das duas Conferências Nacionais de Educação - CONAE, onde o movimento sindical dos trabalhadores (as) em educação e a própria CUT tiveram papel relevante. Em um contexto onde percebemos um amplo movimento dos setores privados nacionais se aliando à grandes grupos internacionais querendo abocanhar cada vez mais aqueles setores que têm dificuldade de acessar a educação pública de qualidade, aprofundando-se o processo de privatização da educação e seu caráter mercadológico. Então, por acreditarmos que a educação é uma questão estratégica na agenda do país e da classe trabalhadora avaliamos de fundamental importância o fato deste Congresso da CUT pautar este debate. Com certeza sairemos com importantes resoluções que fortalecerão nossas lutas em defesa da educação emancipatória, pública, laica, gratuita e de qualidade para todos e todas.

5. F&C: A realização da 1ª Conferência Nacional de Educação da CUT realizada em 2013 na cidade de Guarulhos, foi um momento chave para reforçar esta convicção sobre o interesse geral que o tema da educação deve despertar na classe trabalhadora, você não acha?

Tino: Sem dúvida. Pela primeira vez, naquela 1ª conferência, conseguimos fazer um debate no interior da CUT, onde o tema da educação foi tratado como uma questão de interesse da classe, nisso vocês têm razão. Foi extremamente importante não apenas para fortalecer esta convicção, mas também para fortalecer a unidade dos CUTistas na CONAE, bem como nossa política de alianças com outros setores que têm identidade conosco, a partir dos princípios e das concepções educacionais que defendemos. Um conjunto de propostas que foi construído naquela 1ª conferência de educação da CUT, que já vinha sendo trabalhado pelas entidades da educação em todo o país, foram consolidadas e defendidas na CONAE, eu diria com muito sucesso. Pois, para chegarmos nas 20 metas do PNE, a contragosto de muitos gestores públicos, foram necessárias muitas negociações e um amplo processo de convencimento. Penso que esta iniciativa deve ter continuidade nos próximos períodos porque a luta em defesa do PNE ainda não terminou, pelo contrário, está apenas começando, tanto no que diz respeito aos aspectos relacionados a defesa de uma educação emancipatória e a garantia do seu financiamento (defesa do investimento dos 10% do PIB) quanto no que diz respeito aos aspectos relacionados à valorização dos profissionais da educação conforme previsto na meta 18 do PNE.

6. F&C: Na sua opinião, quais são os principais desafios da CUT no que diz respeito a Política Nacional de Formação e a agenda da Educação?

Tino: Penso que no âmbito da PNF os desafios (alguns já me referi nas questões anteriores) dizem respeito à necessidade de fortalecer a estratégia que atenda às demandas de formação de base com aquelas referentes a formação de quadros dirigentes. Penso que demos passos importantes nos últimos períodos, porém insuficientes. Aqui quero destacar a importância da relação da rede de formação da CUT com as Universidades. Penso que é um campo que ainda é um espaço que exploramos pouco. As experiências de formação de dirigentes e formadores (as) sobre os temas relacionados à política e sindicalismo internacionais, bem como sobre a questão das relações sociais de gênero no mundo do trabalho com o CESIT/UNICAMP, da comunicação com a USP, da Gestão Sindical com professores da PUC Campinas, além daquelas parcerias estabelecidas pelas nossas escolas no âmbito regional, refletem o esforço que fizemos para atender esta necessidade. Porém, penso ser necessário avançarmos ainda mais. Claro, sem abrir mão da nossa concepção política metodológica. Devemos considerar que o movimento sindical não pode mais ser apenas objeto e pesquisa do mundo acadêmico sem a contrapartida necessária que é a devolução do conhecimento acadêmico historicamente construído para os trabalhadores e trabalhadoras. Outro aspecto relevante diz respeito ao fortalecimento da Rede de Formação, sem a qual será impossível garantirmos na amplitude necessária à cobertura da formação sindical exigida. Neste ponto, investir nos Coletivos Nacional e Estaduais de Formação; no Núcleo Nacional de Gestão (espaço de articulação permanente entre a SNF e as Escolas Sindicais) e nos Núcleos Estaduais de dirigentes formadores é estratégico. Claro que não poderia deixar de destacar como o maior de todos os desafios a questão do financiamento da Política Nacional de Formação. Penso que com a implantação do PNFD e a definição, juntamente com a Secretaria de Administração e Finanças, com aprovação da Direção Executiva, de um orçamento nacional anual foi um passo importantíssimo para a formação ganhar o fôlego necessário tendo em vista as demandas formativas das nossas instâncias. Porém, temos consciência que o orçamento que temos executado é insuficiente para que a PNF atinja outro patamar. Penso que a continuidade deste debate será muito importante no bojo do orçamento participativo da CUT, até para que todos percebam que a tarefa do financiamento da formação sindical classista não pode ficar apenas sob a responsabilidade da CUT Nacional.

7. F&C: Na última reunião do Coletivo Nacional de Formação (abril/2015) surgiu um debate sobre a necessidade da CUT definir uma política de gestão de pessoas nas Escolas Sindicais, como condição para a superação das discrepâncias existentes, no que diz respeito às relações de trabalho, entre uma escola e outra. Como você avalia esta questão?

Tino: Muito bem lembrada esta questão que vocês levantam. Na verdade, cada uma das nossas Escolas Sindicais foi constituída a partir de uma dada realidade em contextos e processos muito diferentes nas diversas regiões. E cada uma delas, a partir das suas especificidades, foi definindo uma política de pessoal tanto em relação à equipe de educadores (as) quanto para os trabalhadores (as) do setor administrativo e demais serviços existentes. Este processo foi se instituindo, sem uma diretriz nacional. Por estas razões, foram se consolidando discrepâncias em termos de remuneração, de condições de trabalho e de benefícios que, no diálogo entre eles e elas (trabalhadores e trabalhadoras

das Escolas Sindicais) foram sendo identificadas e forjando um clima de insatisfação em alguns casos. Quando, por iniciativa deles, nos apresentaram este quadro, nós dirigentes da CUT Nacional (Formação e Administração e Finanças) juntamente com os (as) dirigentes que compõem as coordenações das escolas sindicais da CUT, avaliamos as questões bastante procedentes e definimos pela instituição de um Grupo de Trabalho (constituído pela SNF, SNAF e 1 representante de cada coordenação das escolas para construir uma proposta, a qual foi apresentada no CONAFOR em Belo Horizonte e que foi muito bem recebida pelo conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras das Escolas. A partir daí, estamos implantando acordos provisórios com duração até 30 de Abril de 2016, porque acordamos que 1º de Maio será a data-base para a implantação do acordo coletivo nacionalmente articulado na Rede de escolas sindicais da CUT. Para mim, e acredito que para o companheiro Quintino que esteve conosco em todo este processo, bem como para os (as) dirigentes que estão (ou irão assumir) a formação no próximo período, este processo representa a materialização da concepção de contrato coletivo que a CUT historicamente tem defendido no bojo do sistema democrático de relações de trabalho. E aplicar um processo de negociação com os (as) trabalhadores e trabalhadoras das nossas escolas sindicais, a partir desta estratégia é avançar no exercício da liberdade e autonomia sindicais. Acordamos que após o 12º CONCURT, será implantada uma mesa nacional de negociação que contará, para além da participação das Secretarias Nacionais de Formação e Administração e Finanças, com 1 representante de cada coordenação, bem como com um representante dos (as) trabalhadores (as) das Escolas Sindicais, os quais serão eleitos por eles. A intenção é que até 30 de Abril de 2016 tenhamos uma proposta consolidada de acordo coletivo a ser negociado e implantado nacionalmente.

8. F&C: Ok Tino, mais alguma questões que você gostaria de enfatizar?

Tino: Do ponto de vista da Política Nacional de Formação, penso que abordei aquilo que penso ser as questões centrais em termos de desafios estratégicos. Só quero aproveitar este espaço, para tecer meus agradecimentos a todos e todas que nestes longos anos estiveram junto comigo para fazer a nossa política de formação do tamanho e com a importância que tem. Agradeço em primeiro lugar a equipe da SNF: Adriano, Fernanda, Luci, Martinho, Paula e Pérsio, que com muita dedicação e compromisso com o projeto da CUT não mediram esforços nos momentos em que eu mais precisava da capacidade de cada um. Quero agradecer outros(as) assessores(as) que já não estão mais na CUT, mas que desenvolveram também um importante trabalho na SNF quando comigo trabalharam: Archimedes, Marta Domingues, Paula Bernardo, Maristela e Sandra. Agradeço todos e todas os educadores(as) e demais trabalhadores(as) das Escolas Sindicais, sem os quais a formação não caminha de forma descentralizada como a concebemos. E finalmente, quero agradecer meus companheiros e companheiras da Direção Executiva Nacional da CUT, que foram fundamentais na construção de resoluções políticas e estratégicas da Central Sindical, formulações que dão sentido a formação sindical classista e democrática que defendemos e desenvolvemos. Estarei em uma nova frente de trabalho a partir deste 12º CONCURT, mas continuarei como um grande aliado da formação sindical. Valeu. Abraço carinho em todos e todas. Aos educadores das escolas, aos seus coordenadores e coordenadoras e aos secretários e secretárias de formação das estaduais e dos ramos.

Turismo e Hospitalidade

Desenvolvimento Metodológico para a Qualificação Socioprofissional e Desafios da Negociação e Contratação Coletiva e Certificação



*Quem luta,
também educa!*



ÚNICA DA TRABALHAD



caderno do aluno

gestão e planejamento

programa
integral



Juntos escrevendo uma nova história

EXPERIÊNCIAS SIGNIFICATIVAS DA CUT NO CAMPO DA EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS

Martinho da Conceição – Coordenador da Secretaria Nacional de Formação

*“É decidindo que se aprende a decidir”.
Pedagogia da Autonomia - Paulo Freire*

Em 2016, completarão 20 anos das primeiras experiências de educação sócio-profissional desenvolvidas pela Central Única dos Trabalhadores, através da sua Rede de Formação. Experiências estas gestadas na segunda metade dos anos 1990 num contexto em que a economia brasileira passava pelo aprofundamento da integração ao mercado global sob a égide do pensamento neoliberal e de forma totalmente subordinada à lógica de acumulação do capital internacional.

Nas diretrizes do ajuste econômico, então posto em curso pelo Governo Fernando Henrique Cardoso – PSDB, constava um amplo programa de privatizações de empresas estatais, de enxugamento do Estado com medidas drásticas de redução da sua intervenção no campo macroeconômico e social, com a implementação de uma política restritiva ao crescimento econômico por meio de ações de austeridade monetária e fiscal, cujas consequências foram: redução do consumo, crescimento econômico negativo e o aumento da pobreza, da fome e dos índices de desemprego como nunca antes visto no frágil e fragmentado mercado de trabalho brasileiro.

Na visão neoliberal, sobretudo no que diz respeito à orientação das medidas que nortearam as reformas na década de 1990, ao crescimento distorcido do Estado e à novas exigências do processo de globalização constituía a causa maior da redução das taxas de crescimento, da elevação do desemprego e das altas taxas de inflação. Sob essa argumentação, a solução vislumbrada pelos adeptos desta tese passava pela busca do “Estado Mínimo” via processos de privatizações, terceirização e transferência de parte das suas responsabilidades à sociedade civil, de onde se origina a onda do chamado “terceiro setor” no Brasil.

Esta mesma lógica foi a que norteou todo o processo de reforma da educação no Governo FHC, a partir da qual se viu um crescimento exponencial da presença do setor privado na educação e uma reorientação neotecnicista, baseado na noção das “competências”, tanto no que tange a revisão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional quanto nas reformulações das propostas curriculares gestadas neste período. No campo da educação profissional, prevaleceu a ideia que a causa maior do crescente desemprego era o baixo nível de qualificação da mão de obra no mercado de trabalho e, que elevando o nível desta qualificação estaria dada a condição primeira para que o trabalhador (a) pudesse se inserir e se manter em uma determinada ocupação - concepção de empregabilidade.

Esta diretriz desconsiderava totalmente todas as demais variáveis macroeconômicas que impactavam o mercado de trabalho e o emprego. Reside aí o maior problema da noção de “competências” e de “empregabilidade”. A primeira, porque aponta na perspectiva da individualização das relações de trabalho, quando indica que a construção das propostas curriculares a serem desenvolvidos no campo da formação técnica e profissional deveriam enfatizar “as competências atitudinais” em detrimento de outras dimensões da formação. A segunda, porque joga sobre o trabalhador a responsabilidade de se manter ou não empregado.

Foi neste contexto, sobretudo no âmbito do Plano Nacional de Qualificação Profissional – PLANFOR - do Ministério do Trabalho que as Centrais Sindicais foram chamadas para participar do desenvolvimento da sua estratégia não apenas como entidades demandantes, mas também como entidades executoras de ações de qualificação e certificação voltadas para trabalhadores (as) empregados (as), sobretudo naqueles setores que haviam passado por processos de privatização e que vinham enfrentando o desafio das inovações gerenciais e tecnológicas, bem como para trabalhadores (as) desempregados nos meios urbano e rural.

No campo das entidades vinculadas à CUT, houve um intenso debate, com muitas polêmicas, sobre participar ou não desta estratégia de descentralização da execução do PLANFOR. Não apenas em função das profundas divergências entre o projeto político e sindical da CUT com as linhas neoliberais orientadoras das ações do Governo FHC, mas também, porque para alguns setores que militavam no interior da CUT tal parceria refletia certa capitulação da estratégia política e organizativa da Central à lógica neoliberal e para outros porque não era papel da Central Sindical ofertar formação profissional no contexto em que se apontava para o aprofundamento da precarização da educação pública.

No entanto, a decisão final foi pela participação no PLANFOR, porém com uma diretriz que apontava na direção do tensionamento da lógica do PLANFOR por dentro. Ou seja, mesmo fazendo a opção de participar, a partir de 1996, da referida política governamental como entidade executora, a CUT não abriria mão das suas críticas sobre as bases fundantes deste programa e, como consequência, deveria enfrentar o desafio de superar a velha dicotomia existente na trajetória da educação profissional e tecnológica no Brasil marcada pela oferta de uma formação aligeirada e meramente instrumental para os pobres e de qualidade para a classe média e os ricos.

Para tanto, apoiou-se no acúmulo metodológico existente no campo da formação sindical na sua Rede Nacional de Formação, colocando-se o desafio de construir uma proposta político-pedagógica, agora no campo da formação profissional, partindo da concepção dialética da educação e tendo como referências importantes as formulações e experiências de formação dos trabalhadores(as) advindos das diferentes experiências no campo da educação popular e das contribuições teóricas e conceituais de educadores e estudiosos do tema trabalho e educação.

Estabeleceram-se parcerias com importantes universidades e centros de estudos e pesquisas como a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, a COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o CESIT/UNICAMP e o DIEESE, com as quais se buscou dar a maior consistência possível às experiências a serem postas em curso.

A CUT, desde aquele momento, tinha consciência de que a formação profissional por si só não resolveria o problema do desemprego, tampouco acreditava que a pedagogia das competências era o caminho para a formação de qualidade almejada. Tinha consciência dos

limites a serem enfrentados em um Plano de Qualificação Profissional que impunha a lógica das 40h como a maior carga horária prevista para um curso destinado aos trabalhadores (as). Exatamente por esta razão, colocou-se a tarefa de construir uma concepção de educação profissional que se contrapunha ao aligeiramento da formação profissional bem como às noções das competências e de empregabilidade.

Origina-se daí a concepção de *educação integral*, que vislumbrava romper com as amarras do neotecnicismo da concepção hegemônica, tanto nos espaços privados quanto nos públicos, e buscava ofertar aos trabalhadores e trabalhadoras um tipo de educação na perspectiva da “*Escola Unitária*” apontada por Antônio Gramsci: uma educação politécnica onde os trabalhadores (as) têm acesso aos fundamentos do trabalho, das tecnologias e da Cultura, na qual o trabalho é tomado como princípio educativo.

Representava um “remar contra a maré” no bojo de um programa governamental – PLANFOR – extremamente criticado pelos seus grandes defeitos e mazelas, amplamente explicitados em textos acadêmicos de avaliação do PLANFOR/MTE. Uma estratégia político-pedagógica através da qual se desafiou a desenvolver currículos sob outras bases à luz das diferentes realidades regionais e setoriais, integrando conteúdos técnicos profissionais à elevação de escolaridade, garantindo aos trabalhadores e trabalhadoras a certificação escolar em parcerias com algumas unidades da Rede Federal de Ensino Técnico e Tecnológico – CEFETs, hoje Institutos Federais de Educação Técnica e Tecnológica – IF’s e com Escolas de Aplicação das Universidades Federais.

Podemos afirmar que no contexto brasileiro do advento do pensamento neoliberal, a CUT foi a Central Sindical que, mesmo se expondo a críticas e incompreensões, se desafiou a sair da zona de conforto do discurso hegemônico das competências e da empregabilidade para experimentar uma proposta educacional que não se limitou a formar homens e mulheres para submetê-los à lógica da exploração capitalista; mas torná-los(las) cientes de seu estar no mundo como cidadãos(ãs) conscientes e portadores (as) de direitos. Sem dúvida, este é o maior legado dos 20 anos de desenvolvimento da noção de educação integral.

Tal acúmulo foi fundamental na construção de um dos maiores projetos de alfabetização de jovens e adultos já desenvolvido pelo movimento sindical brasileiro. Trata-se do Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos Todas as Letras, reconhecido pela UNESCO e pelo Ministério da Educação como um dos projetos no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, nos dois Governos do Presidente Lula, que mais apresentou inovações conceituais, metodológicas e resultados efetivos no que diz respeito à apropriação da escrita e da leitura por parte dos (as) participantes.

A concepção de educação integral também balizou a construção do projeto político-pedagógico da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha da CUT na cidade de Florianópolis, que vem garantindo, de forma gratuita e através de parcerias, a milhares de trabalhadores e trabalhadoras, desde 2003, o acesso à educação Profissional no Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer (Cursos de formação inicial e continuada, técnicos subsequentes e educação profissional integrada a EJA Ensino Fundamental), o que a coloca atualmente como uma das principais referências no debate sobre a construção de currículo integrado, a formação continuada de educadores e novas abordagens pedagógicas de ensino-aprendizagem com trabalhadores jovens e adultos.

Importante destacar aqui que passado estes 20 anos, as experiências desenvolvidas pela CUT no âmbito do PLANFOR, foram fundamentais para que a nossa Central Sindical pudesse estar no centro das principais experiências e como uma das mais ricas referências nos debates sobre educação dos trabalhadores e trabalhadoras em espaços no âmbito nacional e internacional.

A seguir apresentamos uma síntese das experiências desenvolvidas no âmbito da Rede Nacional de Formação da CUT de Norte a Sul do Brasil:

Projeto Integrar (1996 a 20003): Desenvolvido pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos, organizava-se em diferentes programas como Programa Integrar para Trabalhadores(as) Desempregados(as), Programa Integrar para Trabalhadores(as) Empregados(as) (PIE) e Programa Integrar para a Formação de Dirigentes Sindicais (PIFDS) que buscavam articular os conhecimentos gerais com a formação para o trabalho, certificando em nível de ensino fundamental e médio e fomentando a organização coletiva e o desenvolvimento de alternativas de mais renda.

Programa Integral (1998 a 1999): Desenvolvidos em âmbito nacional pela Rede de Escolas Sindicais da CUT, articulava-se através de dois (2) programas: Capacitação de Conselheiros, sobretudo das comissões estaduais e municipais de emprego e renda e de Formação de Formadores (as) para a Formação profissional.

Programa Integração (1999 a 2002): Envolveu 13 ramos da CUT: CNQ, CNTT, CNTSM, CNTSS, CONTAC, FASER, CONTRACS, CNTV, CONTICOM, SINPAF, FITTEL, FENADADOS, FNU. Esse programa teve abrangência nacional e contou com o desenvolvimento de ações de Formação de Dirigentes Sindicais para a gestão em políticas públicas (FGPP), desenvolvimento sustentável e solidário (DSS) e negociação e contratação coletiva da qualificação profissional (NCCQP) e cursos de qualificação profissional integrada à elevação de escolaridade voltados para trabalhadores (as) Desempregados (as) e Trabalhadores (as) Empregados (as) sob risco de desemprego, Trabalhadores rurais com certificação escolar em nível de ensino fundamental e médio com fomento a organização coletiva e o desenvolvimento de alternativas de trabalho e renda.

Projeto Trabalho Doméstico Cidadão (2006 a 2008): Um projeto de qualificação sócio-profissional que tinha como público prioritário trabalhadoras e trabalhadores domésticos. Tinha como objetivo capacitar trabalhadoras e trabalhadores do setor visando o fortalecimento da sua organização em âmbito nacional, bem como para o fomento do processo de negociação de políticas públicas voltadas ao reconhecimento e valorização da profissão. Além de Salvador, o projeto desenvolveu-se em Aracaju (SE), São Luís (MA), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo e Campinas (SP). O resultado mais expressivo deste projeto, para além de possibilitar a elevação de escolaridade das trabalhadoras e trabalhadores envolvidos, foi a formulação da Lei que regulamentou a profissão neste setor e inseriu este segmento no campo dos direitos previstos na CLT.

Projeto de Alfabetização de Jovens e adultos Todas as Letras (2006 a 2008): Projeto que envolveu além das Escolas Sindicais todas as Estaduais da CUT e tinha como meta abranger anualmente 80 mil trabalhadores e trabalhadoras dos meios rural e urbano. Desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação e com a Petrobrás, este projeto foi chancelado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, como um projeto de relevância social que apresentava importantes avanços no campo conceitual e metodológico voltado para jovens e adultos.

Programas Regionais (2000-2002): Desenvolvido pelas Escolas Sindicais desenvolveu cursos de qualificação profissional com elevação de escolaridade voltados para trabalhadores (as) Desempregados (as) e Trabalhadores (as) Empregados (as) sob risco de desemprego, com certificação escolar em nível de ensino fundamental. Projeto Vento Norte – Escola Sindical Amazônia e Escola Sindical Chico Mendes; Projeto Flor de Mandacaru – Escola Sindical Marise Paiva de Moraes no nordeste; Projeto Terra Solidária e Recomeçar – Escola Sindical Sul; Semear – Escola Sindical São Paulo; Semear – Escola Sindical 7 de Outubro; Projeto sobre Desenvolvimento Sustentável e Solidário no Cerrado – Escola Sindical Apolônio de Carvalho no Centro-Oeste.



ATIVIDADE CULTURAL
**BANTU
KUTANU**
SE JAM, PEMVIV



EXPERIÊNCIA DA ETHCI NA EDUCAÇÃO INTEGRAL COMO DISPUTA DA HEGEMONIA

Rosana Mieko Miyashiro e Aline Salami – Coordenadoras pedagógicas da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha

“Transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador”.

Paulo Freire

A **ESCOLA DE TURISMO E HOTELARIA CANTO DA ILHA - ETHCI**, com sede em Ponta das Canas – Florianópolis/SC, integrante da Rede de Formação da CUT, vem investindo em um processo de construção metodológica por meio da concepção de **Educação Integral** como uma nova referência político-pedagógica no debate da educação profissional que interessa à classe trabalhadora.

A criação da Escola foi fruto dos acúmulos teórico-metodológicos e práticos advindos das diversas experiências realizadas ao longo da década de 1990 na Rede de Formação da CUT, em especial, das propostas de Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores, que possibilitaram importantes avanços, conceitual e metodológico, como também impactos concretos na realidade dos/as trabalhadores/as.

FORMAÇÃO CONTINUADA DOS EDUCADORES



- Desenvolvimento metodológico da Educação Integral dos Trabalhadores
- Currículo integrado
- Educação de Jovens e Adultos
- Elaboração de materiais



Estratégia da ETHCI/CUT

Embora tenha havido avanços nos últimos anos na educação dos trabalhadores jovens e adultos, ainda há mais de 60 milhões de brasileiros acima de 18 anos de idade sem concluir a educação básica e sem acesso a qualificação profissional. Acrescente-se, ainda, o fato de que a crise internacional continuará pressionando no sentido do agravamento do quadro de precarização das relações de trabalho no país. Portanto, a Educação Profissional dos trabalhadores, especialmente no momento atual, configura-se numa estratégia sindical importante, tanto no âmbito das relações trabalho e capital como no das políticas públicas de inclusão social, como parte da luta pelo direito ao trabalho e à educação.

É dentro dessa estratégia que a ETHCI/CUT vem desenvolvendo ao longo de sua trajetória, projetos e parcerias com órgãos públicos estaduais e federais a fim de assegurar a gratuidade das ações educativas e potencializar a organização dos trabalhadores por meio de experiências de educação profissional com trabalhadores (as) de diversos ramos (agricultura familiar, comércio e serviços, construção civil e metalúrgico).

Além disso, a escola vem se consolidando como um espaço de desenvolvimento metodológico da Educação Integral por meio de diversas assessorias técnico-pedagógicas na elaboração de projetos e formação de educadores tanto para o movimento sindical e social como também para instituições educacionais diversas.

Desde o início das suas atividades em 2003, a Escola prioriza o atendimento de trabalhadores com menor acesso à educação e/ou com trajetórias educacionais interrompidas, de baixa renda e segmentos historicamente excluídos (especialmente negros, mulheres e populações residentes em áreas de maior vulnerabilidade social).

O projeto político-pedagógico visa fortalecer as políticas que integrem a Educação Básica e a Educação Profissional na perspectiva da formação humana, *omnilateral* e unitária tendo como eixo o Trabalho, a Ciência, a Tecnologia e a Cultura nas várias modalidades de ensino (Formação Inicial e Continuada, Educação Profissional integrada à Educação Básica de Jovens e Adultos e Educação Profissional de nível médio).

DEBATES SOBRE DA EDUCAÇÃO E TRABALHO



Debates sobre as políticas públicas:
Certificação Profissional, Formação
Profissional no turismo e hospitalidade
na proposta da Educação Integral dos
trabalhadores, pesquisa setorial



Educação Integral dos Trabalhadores: concepção e práticas em curso

A Educação Integral dos Trabalhadores se contrapõe à formação profissional que se pauta no modelo de competências e na empregabilidade para o atendimento dos interesses do mercado, que entre outros problemas tem reforçado a dicotomia entre as dimensões da formação técnica, propedêutica, político-sindical e para a cidadania.

Tomando o trabalho como princípio educativo, a perspectiva do currículo integrado visa propiciar uma formação humana integral a fim de superar a separação histórica entre teoria e prática promovida pela divisão social do trabalho. A perspectiva da formação omnilateral e politécnica busca uma formação ampla para que os trabalhadores possam se inserir ou permanecer no mundo do trabalho e participar na sociedade de forma crítica, como sujeitos portadores de direitos, a partir do domínio de conhecimentos historicamente acumulados mediado pela realidade concreta e por temas de interesse social.

Nessa perspectiva, os estudos, reflexões e discussões nos Percursos Formativos buscam abordar e/ou problematizar as transformações no mundo do trabalho e a realidade dos trabalhadores, as questões de gênero, racial e geracional, o preconceito linguístico e exclusão social, as condições de trabalho e saúde dos trabalhadores, a terceirização e flexibilização dos direitos trabalhistas, a qualificação profissional na ótica do trabalho, a cultura e meio ambiente, a organização coletiva e a luta dos trabalhadores, a democratização da comunicação, o direito humano a alimentação saudável e adequada; segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar. Temas estes que integrados aos conteúdos técnicos de cada curso visa proporcionar aos educandos (as) o acesso aos debates contemporâneos que interessam a classe trabalhadora.

Um dos pilares para a consolidação da Educação Integral dos Trabalhadores é a formação continuada da equipe de educadores, tendo em vista a complexidade e riqueza que essa perspectiva de educação oferece, tanto do ponto de vista de construção de novas perspectivas para a construção curricular, elaboração de materiais pedagógicos e estratégias inovadoras de ensino-aprendizagem como também de abordagens pedagógicas diferenciadas para planejamento, avaliação e sistematização das ações educativas, sendo um convite permanente para ampliação de novos conhecimentos pela equipe para a teorização das práticas pedagógicas.

Desta forma, nos percursos formativos promovidos pela escola, o ponto de partida são os saberes, as experiências e realidades dos (as) educandos (as) em suas trajetórias de vida (experiências no mundo do trabalho, participação no movimento sindical, movimentos sociais, associação de bairros, etc.) para desencadear uma formação ampla que tenha sentido os (as) trabalhadores (as) ao ampliar os repertórios/grau de letramento (referências das diversas manifestações lingüísticas para usos sociais da leitura e escrita; raciocínio lógico-matemático e noção sócio-espacial) e temas/conteúdos para o enriquecimento das análises da realidade concreta e intervenção social. Para isso, uma das estratégias pedagógicas permanentes é a sensibilização e motivação à participação social (sindicatos, associações, coletivos, etc.).

Enfim, nestes 12 anos de existência, a Escola atendeu mais de 5 mil trabalhadores/as oferecendo:

- Cursos de Formação Inicial e Continuada (200h) nas áreas de Gastronomia e Identidade Cultural; Informática e Comunicação; Comunicação e Cultura: Língua Espanhola e Língua Inglesa, Auxiliar de Pessoal, Organização de Eventos, Higiene e Manipulação de Alimentos, Redes Solidárias de Alimentação, Arte e Cultura, Relações Comerciais/Vendas e Agência de Turismo;
- Curso técnico em Hospedagem (900h)
- Educação Profissional na área de Gastronomia integrada à Educação de Jovens e Adultos – ensino fundamental (1600h).

Além dos cursos de Educação Profissional, a Escola desenvolve pesquisas/estudos no âmbito do Trabalho e Educação, formula aportes metodológicos para a Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos; promove atividades coletivas (temáticas e culturais) voltadas às comunidades, movimentos social e sindical, educadores, universidades e instituições de ensino, etc. bem como realiza a formação continuada da equipe pedagógica (oficinas metodológicas, grupos de estudo e planejamentos coletivos).

ATIVIDADES TEMÁTICAS SÓCIO-CULTURAIS



Dia Internacional de Luta das Mulheres



Semana dos Trabalhadores



Apresentações Teatrais sobre as Condições de Trabalho



Arraia dos Trabalhadores



Semana da Consciência Negra



Dia Mundial de Alimentação

PUBLICAÇÕES E VÍDEOS

Acesso pelo sítio: www.escoladostrabalhadores.org.br





A RELAÇÃO DA FORMAÇÃO COM AS NOVAS MÍDIAS E TECNOLOGIAS

*Admirson Medeiros Ferro Júnior (Greg) – Secretário Adjunto de Formação da CUT
Pérsio Plensack – Assessor da Secretaria Nacional de Formação da CUT*

Estamos em plena consolidação da sociedade da informação, nos últimos anos temos presenciado profundas e velozes transformações na utilização das mídias e tecnologias digitais, que ficam mais sofisticadas. A CUT iniciou suas lutas e seu processo de formação na era do ‘mimeógrafo’, nosso material didático era transportado em malas, nossos educadores eram verdadeiros cacheiros viajantes. Os encontros, os contatos eram raros espaços e de difícil agilidade. Hoje vivemos na era digital e a cada dia são disponibilizadas ferramentas e aplicativos para os mais diversos fins e que se convergem formando redes de comunicação, formação e informação, facilitando as nossas ações para reunir pessoas, realizar conferências, debater e produzir simultaneamente textos, publicações e materiais didáticos reunindo pessoas de diversas partes do mundo ao mesmo tempo.

No âmbito da Formação Sindical e da CUT, toda a tecnologia e a mobilidade disponível permitiu com que conseguíssemos encurtar distâncias e agilizar nossas produções. No entanto, é sabido que ainda muitos de nossos companheiros e companheiras ainda resistem na utilização dessas ferramentas, seja pela dificuldade de utilização ou ainda pela resistência sucumbir a essa nova realidade.

No passado - não muito distante - conseguir um texto ou um vídeo era algo que impunha grande dificuldade. Algumas instituições mantinham organizados seus acervos em bibliotecas e videotecas. Materiais muitas vezes não catalogados e de conservação precária. Ainda assim, o acesso a esses materiais era por vezes socializado em espaços de encontros e troca de experiência.

Muitas entidades passaram a digitalizar seu conteúdo e sua produção o que garantiu maior e melhor conservação e no momento seguinte passaram a disponibilizar através da rede mundial de computadores (internet) esses conteúdos. Hoje, através dos buscadores, é possível realizar pesquisas e adquirir materiais em questão de segundos.

A evolução das ferramentas tecnológicas permite que em um mesmo aparelho tenhamos rádio, TV, câmara fotográfica, filmadora, agenda, internet, jogos e mais uma infinidade de possibilidades que permitem organizar a vida dos indivíduos e das organizações, para isso precisamos formar as pessoas no uso destas tecnologias.

Toda essa avalanche tecnológica, também arrasta uma série de entulhos, e por vivermos numa sociedade de constante disputa ideológica nos deparamos também com as mais diversas manifestações de pensamento e concepções. Aqui reside um novo desafio, saber separar o ‘joio do trigo’ e mais do que isso, manter viva a nossa prática na produção de conteúdo para fazer essa disputa ideológica. As redes sociais são uma realidade, grupos se unem por interesses comuns para compartilhar informações e articular as suas ações, e nós precisamos aprimorar a nossa rede com estes recursos.

A CUT, através da SECOM - Secretaria Nacional de Comunicação, assim como o CEDOC – Centro de Documentação tem sido importantes espaços em busca dessas alternativas. As CUTs nos estados, as Escolas Sindicais, podem ser acessadas em suas páginas em Rede Social, *sites*, *blogs* e *fan page* próprios, sem dúvida um avanço, porém, sabemos que muito ainda podemos avançar nesse campo.

Realizamos algumas tentativas junto ao IOS – Instituto Observatório Social de ensino a distância (EAD), essa é uma possibilidade concreta, tendo em vista que alguns ramos e sindicatos da CUT, já utilizam estas ferramentas, vale ressaltar a experiência do “Conexão Sindical”, que é anterior ao Facebook, e traz a mesma filosofia, infelizmente não demos a devida atenção. Se não para todos os tipos de atividades ao menos para algumas a EAD é imprescindível. Evidentemente que nenhuma tecnologia substituirá o papel do educador e da educadora. Nenhuma tecnologia é capaz de expressar o ‘olho no olho’, mas sabemos que para determinados tipos de atividades esse recurso pode contribuir para suprir determinados objetivos, passando a ser um recurso fundamental para auxiliar a nossa rede de formação, tendo em vista a dimensão geográfica do Brasil e os elevados custos para o desenvolvimento de atividades presenciais. Hoje a EAD é uma realidade, basta observarmos o elevado número de cursos ofertados pelas Universidades públicas e privadas no país. Precisamos aprofundar este debate para aumentar nossa apropriação e estimular nossa inserção nesse tema.

Se do ponto de vista da produção e socialização de conteúdos essas novas tecnologias podem nos auxiliar, uma outra ação igualmente importante para nossa estratégia é a efetivação de um banco de dados com todas as pessoas envolvidas em nossos programas de formação, seja no âmbito nacional, estadual, nas escolas, nos ramos e nos sindicatos. Algo que nos ajude a compreender e identificar o percurso formativo da nossa militância, mapear necessidades e interagir com a rede de formação, possibilitando o compartilhamento da nossa metodologia, dos nossos cursos, das nossas práticas pedagógicas e o mais importante, que possibilite acompanhar a formação dos nossos dirigentes e orientá-los nos futuros cursos que serão necessários para o exercício da sua ação sindical, é o que chamamos de acompanhamento de egressos.

São muitas e velozes as possibilidades. Enquanto você lê esse texto, uma nova tecnologia está sendo criada e disponibilizada para uso. Sabemos que não podemos ficar migrando de uma para outra na mesma velocidade, porém, se identificarmos coletivamente quais são as nossas reais necessidades, podemos, a partir do que já temos disponível, fortalecer e potencializar nossa ação sindical aliado ao trabalho sistemático, cotidiano e INDELEGÁVEL da formação de dirigentes, lideranças e militantes sindicais.



Organizar, lutar e avançar nas conquistas



A INTERVENÇÃO DA CUT NOS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

*José Celestino Lourenço (Tino) – Secretário Nacional de Formação da CUT
Adriano Soares da Silva – Assessor da Secretaria nacional de Formação da CUT*

Concomitantemente ao processo de formulação sobre a concepção metodológica e consolidação da estratégia formativa no campo da formação sindical, a luta em defesa da educação pública, laica, gratuita e de qualidade para todo e todas sempre esteve presente nas ações e pauta de reivindicações da CUT, que além de defender a ampliação dos investimentos na educação e a valorização dos profissionais da educação, juntamente com as entidades que organizam os trabalhadores e trabalhadoras da educação – CNTE, CONTEE e os sindicatos a elas filiados, buscou garantir as condições necessárias para a participação efetiva dos trabalhadores(as) na construção das políticas educacionais em todos os níveis e modalidades, tanto em âmbito Federal quanto nos estados e municípios.

A realização da 1ª Conferência Nacional de Educação da CUT em 2013, como preparação a intervenção dos seus delegados(as) no processo da CONAE, significou o ápice deste esforço de viabilizar um processo intenso e consistente de debates e formulações no campo da educação como um todo, articulando as necessidades e demandas da sociedade de maneira geral com os interesses específicos da classe trabalhadora, sobretudo no tocante ao tema da educação profissional e tecnológica com a de elevação de escolaridade. A noção de educação Integral forjada no seio das lutas e desenvolvimento das experiências através da sua Rede de Formação tem sido a base para a nossa Central Sindical se contrapor à concepção restritiva de educação para o trabalho, que na visão neoliberal, assume a função de mercadoria.

Para a CUT, assumir a educação pública como prioridade das prioridades, significa tomar para si as bandeiras históricas de defesa de uma educação emancipatória fortalecendo em uma perspectiva republicana a noção da educação como direito inalienável de todos e todas os(as) brasileiros(as) sem distinção de classe, credos, raças e orientação sexual, tendo a educação um papel estratégico na consolidação da identidade do seu povo com o projeto de nação democrática e plural que se almeja.

Outra condição que avaliamos fundamental para a conquista de um novo padrão educacional que reflita uma compreensão republicana do papel da educação, diz respeito à necessidade da organização e Regulação do Sistema Nacional de Educação, como articulador do conjunto das políticas e programas educacionais e catalisador de uma política nacionalmente articulada de financiamento da escola pública.

Por isso, a CUT se faz presente em diferentes espaços onde o tema da educação e os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras sobre este tema estão em disputa visando à reorientação das políticas educacionais na perspectiva do PNE no bojo da defesa dos direitos históricos e imediatos da classe trabalhadora, tendo como horizonte a construção de uma sociedade justa, solidaria e igualitária.

Sendo assim, apresentaremos a seguir alguns espaços onde a central tem atuado:

Fórum Nacional de Educação

O Fórum Nacional de Educação é um espaço de interlocução entre a sociedade civil e o Estado brasileiro, conquista que resultou das lutas históricas da comunidade educacional e que tornou-se possível a partir da deliberação da Conferência Nacional de Educação (CONAE 2010). Ele é composto por 50 entidades representantes da sociedade civil - entre elas a CUT - e do poder público. Destas 39 entidades são titulares e as demais suplentes.

O FNE possui a seguinte estrutura:

- Coordenação Geral;
- Comissão de Sistematização, Monitoramento e Avaliação;
- Comissão de Articulação, Mobilização e Infraestrutura.

Hoje a CUT coordena a Comissão de Articulação, Mobilização e Infraestrutura.

Criado em 14 de dezembro de 2014 o FNE tem as seguintes atribuições:

- I – Participar do processo de concepção, implementação e avaliação da política nacional de educação;
- II – Acompanhar, junto ao Congresso Nacional, a tramitação de projetos legislativos referentes á política nacional de educação, em especial a de leis dos planos decenais de educação definidos na Emenda á Constituição 59/2009;
- III – Acompanhar e avaliar os impactos da implementação do Plano Nacional de Educação (PNE);
- IV – Acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações das conferencias nacionais de educação;
- V – Elaborar seu regimento interno e o Regimento Interno das conferencias nacionais de educação;
- VI – Oferecer suporte técnico aos Estados, Municípios e Distrito Federal para a organização de seus fóruns e de suas conferencias de educação.
- VII – Zelar para que os fóruns e as conferencias de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios estejam articuladas á conferência nacional de educação;
- VIII – Planejar e coordenar a realização de conferencias nacionais de educação, bem como divulgar suas deliberações.

Rede Nacional de Certificação e Formação Inicial e Continuada - CERTIFIC

A Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - Rede CERTIFIC é uma política pública de inclusão social que se institui através da articulação do Ministério da Educação - MEC e Ministério do Trabalho e Emprego - MTE em cooperação com as instituições/organizações que a constituem, denominadas:

I – **Membros Natos:** Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, responsáveis pelo desenvolvimento e implementação dos Programas de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada e pela acreditação de instituições, para os mesmos fins.

II – **Membros Acreditados:** instituições públicas de ensino que oferecem cursos da Educação Profissional e Tecnológica, instituições vinculadas às Confederações Nacionais, escolas de formação profissional vinculadas a sindicatos de trabalhadores ou organizações não governamentais com a finalidade de implantar e desenvolver os programas de certificação e formação profissional da Rede CERTIFIC.

III – **Membros Associados:** órgãos governamentais e não governamentais com atribuições relacionadas à educação, certificação, metrologia, normalização, fiscalização do exercício profissional cuja finalidade é apoiar o funcionamento da Rede CERTIFIC.

Finalidade

A Rede CERTIFIC constitui-se como uma Política Pública de Educação Profissional e Tecnológica voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam além da formação profissional, o reconhecimento e a certificação de saberes adquiridos em processos formais e não formais de ensino-aprendizagem e formação inicial e continuada a ser obtido através de Programas Interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Programas CERTIFIC.

A CUT participa do Comitê Gestor da Rede CERTIFIC onde tem pautado e defendido estratégias de atendimento das demandas por formação profissional inicial e continuada, bem como de reconhecimento de saberes tendo como referência às formulações que estão na base da noção de educação integral.

Fórum Mundial de Educação Técnica e Tecnológica - FMEPT

O Fórum Mundial de Educação Técnica e Tecnológica teve como origem o Fórum Mundial de Educação e o Fórum Social Mundial. Faz parte de um movimento em defesa da educação como direito universal e pelo fortalecimento da cidadania. Engloba instituições educacionais, pesquisadores e estudiosos do campo do trabalho e educação, entidades da sociedade civil, incluindo a CUT, e instâncias governamentais responsáveis pela condução das políticas educacionais nos países. Neste ano de 2015, foi realizada a sua III edição na cidade de Recife.

A CUT participa do Comitê Gestor do FMEPT onde são tomadas as decisões em relação às edições e condições para a realização do mesmo. Até o momento, as três edições do FMEPT foram realizadas no Brasil.

Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos – ENEJA

O ENEJA constitui-se em um espaço de reflexão, debates e intercâmbio de experiências no campo da educação de jovens e adultos. É precedido de encontros realizados pelos fóruns municipais e estaduais de EJA, onde são eleitos os delegados para a o encontro nacional. É realizado anualmente e, encontra-se neste momento na sua XV edição, que ocorrerá na cidade de Goiânia entre os dias 18 a 21 de Novembro próximo, cujo tema gerador será “*As interfaces da educação popular com a EJA*”. Em vários estados do país a CUT tem participado através de representantes da rede de formação e ou das Escolas Sindicais e da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Iha situada em Florianópolis, meio pelo qual nas últimas edições do ENEJA a CUT tem participado com delegados e delegadas eleitos (as) nos estados.



COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO CAMPO DA FORMAÇÃO SINDICAL

Ana Paula Melli – Assessora da Secretaria Nacional de Formação da CUT

Programa Pan-Africano de Educação Sindical – PANAF

O Programa Pan-Africano de Educação Sindical – PANAF, para além de um programa de formação sindical, constitui-se como um espaço de debates sobre temas relativos à macropolíticas dos mais de 25 países no continente africano, e nasceu sob o compromisso das lideranças sindicais africanas em oferecer a seus membros, uma das mais importantes oportunidades, que é a educação com foco na ação, organização e transformação.

As atividades do PANAF são concentradas em duas áreas: promoção da unidade entre os sindicatos africanos em níveis nacional e continental e empoderamento dos sindicalistas para assumir postos de decisão em seus países. As atividades se realizam através das cooperações internacionais, que garantem recursos financeiros e humanos.

Os cooperantes que viabilizam o programa através de recursos financeiros, humanos e metodológicos, são:

- Confederação Sindical Internacional - CSI;
- Confederação Sindical Internacional - África;
- Organização Africana de Unidade Sindical – OATUU;
- LO Suécia;
- Centro Sindical Nacional da Suécia (TCO);
- CUT Brasil;
- FGTB - Bélgica.

O PANAF tem consolidado resultados no fortalecimento da ação sindical unificada, solidariedade e democracia internacional. O sucesso da cooperação se evidencia entre os sindicatos nacionais nos países onde estão os centros do programa e em nível continental entre as organizações sindicais africanas (OATUU e a CSI-África).

A cada ano, cerca de 60.000 trabalhadores participaram do PANAF em círculos de estudos nos 25 países.

Para consolidar os avanços obtidos até o presente momento será realizada, no período de 28 a 30 de Outubro de 2015, em Kigali – Ruanda, uma Conferência Panafricana, cujo tema principal é: Governança e Democracia: Mobilizando os africanos para transformar a África.

O PANAF tem como objetivo:

- Desenvolver junto com os sindicatos africanos, capacidades de planejar, administrar e monitorar atividades de educação com ênfase na participação em cursos e atividades formativas;
- Construir forte unidade e solidariedade sindical em nível local, nacional e continental;
- Formar sindicalistas que possam atuar em seus sindicatos, especialmente na área de educação e criar condições de sustentação financeira para estes;
- Fortalecer os sindicatos através do aumento do número de filiados, usando especialmente os círculos de estudos como forma de atrair novos sindicalizados;
- Tratar da questão da economia informal através do desenvolvimento de contato e atividades para os trabalhadores deste setor;
- Executar campanhas sindicais e sobre outros direitos humanos, criando consciência e identidade de classe.

Os temas desenvolvidos são definidos de acordo com a realidade local, mas de modo geral, abordam seguridade social, defesa e promoção de direitos, e também, nas áreas de produtividade, democracia, governo, distribuição justa da riqueza e erradicação da pobreza.

O círculo de estudos é um método definido pelo PANAF para a realização das atividades, que essencialmente funciona com grupos de leitura e discussão, compartilhando conhecimento entre os participantes.

A CUT é umas das organizações que contribuem no desenvolvimento metodológico do programa, tanto na realização das atividades preparatórias aos círculos de estudos, como nas reuniões dos comitês técnicos e políticos. Além disso, o PANAF foi definido como uma das prioridades da CUT para a cooperação internacional, o que significa que a CUT destina também recursos financeiros que dão suporte às várias atividades do programa.

Foto: arquivo pessoal



Reunião do Comitê Político PANAF

Foto: arquivo pessoal



Círculos de Estudos no Chade.

Foto: arquivo pessoal



Círculos de Estudos no Congo

Organização Trabalhadores de Moçambique - OTM

No campo da cooperação internacional a SNF-CUT também tem sido atuante, construindo junto com organizações sindicais dos países cooperantes, programas de formação sindical que têm como base a concepção metodológica desenvolvida e consolidada pela Política Nacional de Formação por mais de duas décadas de experiência.

Em Moçambique, o programa de formação política para Associação da Economia Informal de Moçambique (AIEMO), tem desenvolvido temas relativos à organização sindical, mercado de trabalho, participação das mulheres, participação de jovens, seguridade social, organização nos mercados informais e sindicalização.

Um dos grandes avanços do projeto tem sido a contínua afiliação de novos sindicalizados, fruto de ações descentralizadas, nas províncias de Moçambique. Este trabalho de sindicalização é dirigido por participantes do curso de formação sindical coordenados pela CUT.

Nos dois anos de realização do projeto, a AIEMO ampliou sua sindicalização em mais de 70% e está, de fato, presente em todas as regiões do país. O resultado de tal ação é a ação integrada da entidade, no sentido de definir uma pauta comum para os trabalhadores dos mercados informais.

Outro resultado concreto, fruto da cooperação internacional e das atividades de formação sindical, é o conhecimento e definição de ações em relação à legislação previdenciária de Moçambique, que numa reforma recente, passou a incorporar os trabalhadores e trabalhadoras dos mercados como segurados, estendendo as coberturas da seguridade social para este grande contingente de pessoas que atuam neste setor e atendendo a uma das principais pautas apresentadas pela associação.

Foto: arquivo pessoal



Participantes do curso em 2014

Foto: arquivo pessoal



Atuação no Âmbito da OIT

Global Labour University - GLU

A CUT Brasil vem participando há cerca de 6 anos da Universidade Global do Trabalho (Global Labour University – GLU), que é um programa de mestrado internacional, voltado para sindicalistas ligados a entidades cutistas. São cursos na língua inglesa, de 1 a 2 anos em que os participantes têm a oportunidade de obter pós-graduação acadêmica (mestrado ou especialização – ENGAGE) e troca de experiências com realidades sindicais de outros países.

Esta é uma iniciativa inovadora da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que articula o movimento sindical progressista, o campo acadêmico e produção de conhecimento, à realidade e desafios concretos em nível internacional, na luta por condições de vida e trabalho dignos.

Macro economia e instituições econômicas globais, justiça social, normas internacionais do trabalho, sindicalismo internacional e empresas multinacionais, desenvolvimento sustentável, entre outros são os temas que fazem parte do campo de estudos, pesquisas e planejamento de ações desenvolvidas pelos programas que fazem parte da GLU.

A GLU está estruturada em cinco países: África do Sul, Alemanha, Brasil, Estados Unidos e Índia. Em todos esses lugares procura-se vincular as entidades mais representativas do movimento sindical local, por isso o Brasil é representado pela CUT, com universidades que tenham um perfil mais progressista e que se aproxime das diretrizes gerais da OIT, organização que deu o impulso inicial a ideia e é a ainda hoje responsável pela gestão do programa, articulação de apoios, relação institucionais em nível global e apoio financeiro, em parcerias com as universidades locais para a manutenção das bolsas de estudos concedidas aos estudantes selecionados para os programas.

Maiores informações podem ser obtidas no site: www.global-labour-university.org

Foto: site GLU



Turma ENGAGE Alemanha 2013

Foto: site GLU



Turma do Brasil – 2008

O Centro Interamericano de Desenvolvimento na Formação Profissional - CINTERFOR

O CINTERFOR é um centro especializado da Organização Internacional do Trabalho -OIT, que articula e coordena a maior e mais prestigiada rede de organizações e instituições, públicas e privadas da América Latina e Caribe, envolvidas no reforço do desenvolvimento da formação profissional frente aos novos desafios dos mundos do trabalho. Atua na articulação de processos de construção coletiva do conhecimento e na promoção da cooperação Sul-Sul em questões relacionadas com o desenvolvimento de recursos humanos.

O CINTERFOR/OIT articula uma ampla rede de instituições de educação profissional, que consiste em mais de 65 instituições de 27 países da América Latina, Caribe, além de coordenar as ações de intercâmbio e produção do conhecimento no campo da formação profissional com instituições da Espanha e África. Esta rede de instituições está organizada através de uma plataforma de gestão de conhecimento que está disponível para o mundo da formação profissional no site www.oitcinterfor.org.

Fonte: CINTERFOR.



Participantes da 42ª reunião do Comitê Técnico em Buenos Aires – Argentina, de 13 a 15 de Maio de 2015

Ele foi projetado desde o seu início, em 1988, como o principal mecanismo de difundir, partilhar, promover e articular as inovações, as boas práticas e recursos de rede entre as instituições membros.

A plataforma permite o acesso a informação atualizada sobre os parceiros, aspectos mais relevantes da formação profissional, bancos de conhecimento (publicações, materiais de ensino, boas práticas, padrões e perfis de competências laborais e, comunidades virtuais de aprendizagem e prática).

A SNF-CUT tem tido participação importante nas reuniões do Comitê Técnico do Cinterfor, no sentido de levar ao conjunto da rede uma visão sobre a formação e qualificação profissional e gestão de recursos humanos, que se pauta pela valorização do trabalho e dos trabalhadores, como o centro das relações de trabalho.



Trabalho em grupos da bancada dos representantes dos trabalhadores e trabalhadoras durante a 42ª Reunião do Comitê Técnico em Buenos Aires – 13 a 15 de Maio de 2015

Ação em Conjunto com Universidade com Foco em Política Internacional

Políticas e Sindicalismo Internacional

Iniciativa conjunta entre a Secretaria de Relações Internacionais e Secretaria Nacional de Formação, o curso sobre Políticas e Sindicalismo Internacionais foi lançado em 2011 para oferecer aos dirigentes sindicais da CUT um aprofundamento sobre temas que cada vez mais têm ocupado espaço nas agendas sindicais.

Esse curso oferece elementos teóricos para que nossos dirigentes reconheçam na lógica macroeconômica do sistema capitalista, as origens de situações que ainda hoje se colocam como grandes desafios à ação sindical CUTista, especialmente no que se refere ao mundo do trabalho e o emprego.

Desse modo, o curso aborda temas como: origens históricas do movimento operário e suas estratégias de organização sindical no mundo e na América Latina; funcionamento das relações exteriores tanto no campo político da diplomacia quanto das relações comerciais e suas interfaces com o mundo do trabalho; história, estrutura e papel das diversas organizações internacionais, não só intergovernamentais, mas também sindicais e dos blocos econômicos e acordos internacionais.

Além disso, neste curso os dirigentes, lideranças e assessorias sindicais têm conhecimento da história de luta da CUT no âmbito internacional, desde as primeiras políticas como a luta contra o pagamento da dívida externa e o FMI e as diversas parcerias e iniciativas que contribuíram na consolidação da Política Internacional da CUT nos últimos anos como por exemplo, a participação no Fórum Social Mundial.

No itinerário formativo, também se aborda as convenções e instrumentos da OIT e da OCDE contra a violação dos direitos dos trabalhadores/as e que possibilitam aos dirigentes conhecerem um campo específico de ação sindical na defesa dos direitos dos trabalhadores/as.

Como resultado concreto desta experiência de 3 anos de curso e cerca de 110 dirigentes formados, a CUT já pode contar com intervenções altamente qualificadas em diversos espaços em nível internacional, sobretudo no que diz respeito à negociação sobre códigos de conduta e Acordos Marco Globais, tanto no âmbito do movimento sindical, nas empresas multinacionais, quanto nos espaços institucionais.

Outra característica importante deste curso é a parceria firmada com o Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – CESIT/IE/UNICAMP, que executa parte do programa e certifica em nível de extensão universitária os participantes que completam o itinerário formativo com êxito.

Foto: site CUT



Certificação da turma 2013

Ficha Técnica

Secretaria Nacional de Formação da CUT

Secretário Nacional de Formação da CUT

José Celestino Lourenço (Tino)

Secretário-Adjunto de Formação

Admirson Medeiros Ferro Júnior (Greg)

Coordenador

Martinho da Conceição

Assessoria

Adriano Soares da Silva

Ana Paula Melli

Fernanda Forte de Carvalho

Pérsio Plensack

Assistente

Luci Fernandes Sales

snf@cut.org.br

Projeto Gráfico e Diagramação

M.Giora Comunicação

Revisão

Rebeca Nogueira Lourenço Kaus

Tiragem

1.000 exemplares

São Paulo, outubro de 2015.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Rua Caetano Pinto, 575, Brás
São Paulo-SP - CEP 03041-000
Tel.: (55 0XX 11) 2108.9200 / 9201

www.cut.org.br

Facebook: /CUTBrasil

Twitter: /cutnacional

Youtube: /secomcut

Instagram: /cutbrasil

**SOMOS
FORTES,
SOMOS
CUT®**